

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara Superior do Carf afasta tributação de benefício fiscal 4

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS acaba com a jornada de seis horas diárias dos servidores 5

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento de bilionários e volta da pobreza extrema no Brasil mostram impacto desigual da covid 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

As máscaras do fracasso - NAS ENTRELINHAS 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Defender o STF é imperativo democrático - TENDENCIAS / DEBATES 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bitcoin desaba 17% no 1º dia de uso em El Salvador 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro reúne governo para pressionar STF 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Situação é difícil para quem está pensando em investir no país" 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Ataques aumentam tensão institucional 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

STF reage, PSDB sai do muro e Aras abre o olho - BRASÍLIA - DF 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Economia no radar (Editorial) 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Impeachment entra na mira 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Em BH, Grito dos Excluídos critica a política econômica 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O "milagre" econômico (Artigo) 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Bolsonaro ameaça STF de golpe e diz que só sai morto da Presidência..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Presidente admite delinquência e seu pavor de acabar preso..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Bolsonaro erra sobre Conselho e impeachment de magistrados..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O dia seguinte (Editorial)..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

4,1 bilhões de pessoas sem proteção (Editorial)..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Pesadelo nas projeções (Editorial)..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

A lei da física e da política: toda a ação gera uma reação..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Pauta antidemocrática ocupa Paulista..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com crises política e hídrica, taxa de investimento deve manter ritmo fraco..... 41

O GLOBO - RJ - PRIMEIRA PÁGINA
ECONOMIA

Bolsonaro lidera atos golpistas e amplia isolamento político..... 44

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Bolsonaro tem é de largar o golpismo e começar a trabalhar (Editorial)..... 45

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

O xadrez que pode levar ao impeachment (Artigo)..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Instituições financeiras veem PIB de 1% em 2022..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação no Brasil destoa entre latinos e outros emergentes..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Atos contra o presidente ocorrem em 200 cidades..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Doria defende impeachment e Leite diz que manter Bolsonaro é erro..... 50

Quarta-Feira, 8 de Setembro de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Consumo e economia mais fracos frustram expectativas (Editorial) 51

Câmara Superior do Carf afasta tributação de benefício fiscal

Adriana Aguiar De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Câmara Superior do Carf afasta tributação de benefício fiscal

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

INSS acaba com a jornada de seis horas diárias dos servidores

Vera Batista

Criado em 2010, o Regime Especial de Atendimento em Turnos (Reat) nas agências da **Previdência Social** será extinto. O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Eduardo Rolim, explica que, na nova modalidade, servidores que trabalham nas agências vão ter seis horas presenciais, como vem acontecendo, mais duas horas complementares (presenciais ou remotas), em atividades administrativas, para complementar a jornada.

"Para as agências funcionarem, existe um número mínimo de funcionários. E, na maioria delas, isso não vinha sendo cumprido. Mais de 90% das agências atendiam até 13 horas", afirmou Rolim. Em algumas situações, em agências em que não há perícia, a mudança só vai ocorrer em outubro. Nesses casos, os servidores precisarão aderir a um programa de gestão, que já está em funcionamento de forma experimental.

"No primeiro momento, não se mexeu no Reat. Tentamos resolver com uma solução legal", disse Rolim. Os dois sistemas (presencial com complementação ou remoto, de 8 horas) não se aplicam a pessoas acima de 60 anos, funcionários com comorbidades ou com filhos em idade escolar - desde que provem que a instituição de ensino ainda não está aberta.

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) afirma que "a pegadinha do mal é que esta 'jornada de 40 horas' com as metas equivale a 10 ou 12 horas de trabalho por dia, sem nenhuma compensação. É a forma sinistra da gestão de também obrigar o conjunto da categoria a optar pelo trabalho remoto com metas estratosféricas", destaca.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/09/4948248-inss-acaba-com-a-jornada-de-seis-horas-diarias-dos-servidores.html>

Aumento de bilionários e volta da pobreza extrema no Brasil mostram impacto desigual da covid

Lúcia Müzell

De um lado, 42 novos bilionários, em plena pandemia. De outro, a pobreza extrema não para de subir. A divulgação da nova lista da revista Forbes, com alta no número de bilionários no Brasil, acontece semanas depois de cenas de pessoas comprando ossos para fazer sopa gerarem comoção no país. O que explica tanta desigualdade?

É um país que já é muito desigual, integra sempre os primeiros lugares nos rankings de organizações multilaterais em termos de desigualdades, como um dos mais desiguais do mundo. Quando vem um choque totalmente adverso como esse, na economia, acaba por exacerbar ainda mais esse problema pré-existente, resume o economista Gedeão Locks, pesquisador sobre o tema no Centre d'Économie de la Sorbonne (CES), em Paris.

A maioria desses novos bilionários ascendeu ao posto graças à abertura de capital das suas empresas na bolsa - no chamado boom dos IPOs, na sigla em inglês para a operação. Eles se beneficiaram de uma conjuntura mundial favorável, com a abundância de liquidez nos mercados financeiros - especialmente os que se posicionam na área de tecnologia e saúde.

Essa notícia dos bilionários em plena crise diz muito sobre o novo perfil dos ricos. A riqueza hoje está concentrada principalmente nos frutos das atividades no mercado financeiro. E isso, no Brasil, representa de fato muito da nossa concentração de riquezas, afirma Débora Freire, também especialista no tema e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Isso exacerba ainda mais o fato de que são os ricos que detêm ações no mercado financeiro e, se elas se valorizaram, eles ficam mais ricos durante a pandemia, complementa Locks.

O problema é que, ao se tornarem bilionários pela valorização de ações, a maior riqueza dessa parcela da população não significa ganhos para a economia como um todo - não gerou mais empregos, tampouco mais distribuição de renda pela arrecadação de **impostos**.

Enquanto o setor financeiro se beneficiou, a economia real foi impactada fortemente. A produção, os investimentos, que de fato ampliam a capacidade produtiva da economia, os empregos, a renda gerada no trabalho, foram fortemente impactados, indica Freire. E esses setores - comércio, serviços - são os que empregam a mão de obra menos qualificada. Então a maior parte da população, e mais vulnerável, que trabalha sem carteira assinada, para ganhar um salário mínimo, foi tremendamente abalada.

Um instrumento de correção dessas distorções seria uma tabela de Imposto de Renda mais progressiva. A alíquota máxima no Brasil é de 27,5% e atinge todos os que ganham mais de R\$ 5,3 mil por mês - uma situação que a **reforma tributária** apresentada pelo governo não alterou.

A alíquota marginal efetiva, ou seja, o quanto que é efetivamente o imposto dos mais ricos do Brasil, é insignificante. Especialistas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) calcularam entre 7 e 8%, enquanto que uma pessoa que ganha um salário mínimo paga quase a metade da renda em **impostos** diretos e indiretos. É algo que não faz sentido algum, aponta Locks.

A reforma pautada pelo Ministério da Economia também propõe a isenção de **impostos** de pessoas jurídicas e autônomos cujas empresas faturam até R\$ 4,8 milhões. Trabalhadores com renda até R\$ 2,5 mil também ficam isentos, mas a medida se revela pouco efetiva, num país em que 41% dos trabalhadores estão na informalidade, segundo o IBGE.

Por outro lado, a tributação dos dividendos finalmente entrou na pauta - embora de maneira limitada, ao atingir apenas os ganhos superiores a R\$ 2,8 milhões. Por mais que a reforma seja um pouco bagunçada, é um avanço institucional que haja a cobrança de **impostos** sobre dividendos. Apesar de não ser uma grande arrecadação, isso é um passo na direção correta da progressividade tributária no Brasil, observa o pesquisador da Sorbonne.

Da mesma forma em que a crise atingiu os brasileiros de maneira desigual, a recuperação econômica

também será mais demorada para a base da pirâmide, que naturalmente fica mais exposta a uma depressão. A reabertura de postos de trabalho ainda é lenta, ressalta Freire.

A recuperação foi para poucos. Recuperar o tecido social perdido, pessoas que estavam num emprego formal que foi perdido ou que, mesmo na informalidade, tinham rendimentos menos voláteis, é muito mais difícil e demorado, ressalta a professora da UFMG. Quanto mais a gente aprofunda a pobreza - voltamos para o mapa da fome, por exemplo, e temos visto um aumento muito significativo da pobreza extrema -, mais difícil é de recuperar.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/rfi/2021/09/08/aumento-de-bilionarios-e-volta-da-pobreza-extrema-no-brasil-mostram-impacto-desigual-da-crise.htm>

As máscaras do fracasso - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

O presidente Jair Bolsonaro, ontem, nos atos políticos realizados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e na Avenida Paulista, em São Paulo, cruzou "as quatro linhas da Constituição de 1988". Mostrou seu verdadeiro tamanho, mas ele não é maior do que um quarto do campo do eleitorado, conforme as pesquisas de opinião que avaliam o seu desempenho e o do governo. Por isso mesmo, a opção de governar apenas para seus partidários, em vez de fazê-lo para todos os brasileiros, e desafiar a ordem democrática e os demais Poderes da República, principalmente o Supremo Tribunal Federal (STF), pode lhe custar muito mais caro do que imagina.

Além de escolher o caminho da derrota eleitoral em 2022, Bolsonaro pede para ser considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e para que seja aberto o seu processo de impeachment pelo presidente da Câmara, com apoio até dos partidos do Centrão. No Dia da Independência, cujas comemorações sequestrou, Bolsonaro não apresentou um projeto para o país, nem falou dos nossos verdadeiros problemas: crise sanitária, recessão, desemprego, **inflação**, crise fiscal, isolamento internacional. Para mascarar seu fracasso, agravou ainda mais crise com o Supremo, que pode se tornar disruptiva.

De uma só vez, nas manifestações, cometeu vários crimes eleitorais, daqueles que já custaram o mandato e/ou a reeleição de muitos prefeitos e alguns governadores. Fez campanha eleitoral antecipada; usou recursos públicos em benefício próprio; o dinheiro de caixa dois financiou viagens de fanáticos apoiadores. Bolsonaro elevou o patamar de seus desatinos autoritários. Para o mundo político e jurídico, pirou de vez. Fez ataques e ameaças frontais aos demais poderes, pregou a desobediência civil. Anunciou que pretende reunir o Conselho da República ainda hoje, para enquadrar os ministros do STF Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. O primeiro é responsável pelo inquérito das fake news e será o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante as eleições, cargo hoje ocupado pelo segundo. Bolsonaro disse com todas as letras que não haverá eleição com urna eletrônica.

"Amanhã, estarei no Conselho da República.

Juntamente com os ministros. Para nós, juntamente com o presidente da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, com esta fotografia de vocês, mostrar para onde nós todos deveremos ir", disse em Brasília. "Não aceitaremos que qualquer autoridade usando a força do Poder passe por cima da Constituição. Não mais aceitaremos qualquer medida, qualquer ação, qualquer sentença que venha de fora das quatro linhas da Constituição. Nós também não podemos continuar aceitando que uma pessoa específica da região dos três Poderes continue barbarizando nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas no nosso Brasil", completou.

Cartazes dos manifestantes pediam o afastamento dos ministros do Supremo e uma intervenção militar. O Dia da Independência foi transformado na antessala de um golpe de Estado. Bolsonaro tentou colocar contra a parede o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux: "Ou o chefe desse Poder enquadra o seu ou esse Poder vai sofrer aquilo que não queremos. Porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada Poder da República. Nós todos aqui na praça dos Três Poderes juramos respeitar a nossa Constituição. Quem era de fora dela ou se enquadra ou pede para sair", desafiou.

Executivo unitário

Fux, agora, terá que adotar medidas em defesa da instituição que preside e dos demais integrantes da Corte. Bolsonaro vem tomando atitudes na linha da teoria do "Executivo unitário", tese defendida pela extrema direita norte-americana, adotada pelo presidente George Bush, dos Estados Unidos, logo após os ataques às Torres Gêmeas, em 2001, com a tomada de decisões sem consulta ao Congresso nem à Suprema Corte. O direito constitucional dos Estados Unidos afirma que o presidente da República possui o poder de controlar todo o Poder Executivo federal, com base no Artigo Segundo da Constituição dos Estados Unidos.

A teoria do Executivo unitário é uma resposta ultraconservadora ao porquê a autoridade deve ser respeitada. Para exercer o poder, é preciso fundamentá-lo juridicamente. Bolsonaro quer ampliar seu poder com base em fundamentos jurídicos que distorcem a Constituição de 1988, como sua interpretação do artigo 142, que regula o papel das

Forças Armadas.

Na democracia, os pilares da validação do poder estão escorados na concessão pelo povo de autoridade e limites para os governantes, estabelecidos quando aquele (o povo) atribuiu a esses (os governantes) o exercício do poder soberano. Como atribuição, e não concessão (e nem concessão divina), os poderes de um governo só podem ser legitimamente exercidos dentro dos limites legais que lhes foram **impostos**. Por ter sido eleito pelo voto direto e ser o "comandante supremo" das Forças Armadas, Bolsonaro acredita que o Supremo não pode confrontar suas decisões, o que não é caso. Quem avalia ou não a legitimidade de seus atos é o Supremo, não o contrário.

Defender o STF é imperativo democrático - TENDENCIAS / DEBATES

TENDENCIAS / DEBATES

Os ataques irresponsáveis desferidos contra o Supremo Tribunal Federal no 7 de Setembro estão descolados da realidade e da lei. Por um lado, o fechamento de instituições democráticas passa longe de resolver os principais problemas do Brasil, como a volta da fome e da inflação. Por outro, violam a Constituição Federal ao pretender que um Poder pode dar ordens ou mesmo decretar o fim de outro.

As ameaças à existência do STF são grave aceno ao autoritarismo e forte sinal do desejo de quem quer governar sem democracia e sem respeitar as garantias e os direitos fundamentais historicamente conquistados pelos cidadãos brasileiros. Por isso, defender o Supremo é um imperativo da democracia.

Todas as instituições e autoridades estão sujeitas a críticas, inclusive os chefes dos três Poderes. A divergência, desde que pacífica, é um pressuposto democrático que pode falecer com a proibição do dissenso, como pretendem algumas manifestações. Ódio, violência e pregação da destruição de instituições e da integridade física de ministros do Supremo alimentam a volta ao autoritarismo e o retrocesso econômico e social, já sentido nos preços dos supermercados e postos de gasolina.

É natural que as decisões judiciais, inclusive do STF, contrariem interesses e repreendam radicalismos. Para contestá-las, a democracia oferece até mesmo os recursos judiciais e os remédios constitucionais, como o habeas corpus -um dos primeiros instrumentos que as ditaduras extinguem ao se estabelecerem.

Pleitos de mudanças nas regras do sistema judicial ou da própria democracia precisam ser feitos por meio de projetos de leis e de emendas constitucionais. Nesse cenário, STF e Congresso têm respondido aos testes impostos à democracia com um diálogo institucional saudável. Por vezes, promulgadas pelo Legislativo emendas à Constituição sobre temas já julgados pelo Supremo, como no caso das coligações partidárias, da criação de novos municípios e da proibição da vaquejada. Ou seja: as instituições nem sempre concordam, mas, por meio dos processos institucionais, mantêm-se a ordem e a harmonia entre os Poderes.

No Estado de Direito, atitudes e decisões de quaisquer cidadãos podem ser criticadas, inclusive as das ministras e dos ministros do STF, desde que com respeito aos limites da liberdade, que exclui o direito de pregar ou praticar a violência física e a destruição do Judiciário.

Todos os brasileiros temos igual direito a tremular nossa bandeira, com as suas cores a iluminar o nosso país. É preciso, no entanto, compreender que o progresso só será possível com a observância da ordem jurídica constitucional.

A história costuma impor um fim melancólico ao histrionismo e ao discurso fácil e telegráfico. Os ministros do Supremo cassados pela ditadura militar - Vitor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva - hoje são lembrados como heróis da pátria, enquanto os seus algozes são apenas páginas tristes da história do Brasil. Contra extremistas que acreditam ser donos da verdade, o remédio é o diálogo, a tolerância e as análises profundas e necessárias feitas por aqueles verdadeiramente comprometidos com o Estado de Direito.

[...]

A história costuma impor um fim melancólico ao histrionismo e ao discurso fácil e telegráfico. Os ministros do Supremo cassados pela ditadura militar - Vitor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva - hoje são lembrados como heróis da pátria, enquanto os seus algozes são apenas páginas tristes da história do Brasil

Notícias Relacionadas:

MEIO NORTE - TERESINA - PI
Defender o STF é imperativo democrático

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

62

Bitcoin desaba 17% no 1º dia de uso em El Salvador

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Bolsonaro reúne governo para pressionar STF

Fabio Murakawa, Isadora Peron, Edna Simão e Renan Truffi

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

"Situação é difícil para quem está pensando em investir no país"

BRUNO ROSA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Ataques aumentam tensão institucional



LUANA PATRIOLINO

A volta do feriadão promete ser tensa em Brasília. As manifestações do 7 de Setembro lideradas por Jair Bolsonaro aumentaram o desgaste institucional na República. Antes mesmo do encerramento dos protestos, representantes dos Poderes e da sociedade civil repudiaram o discurso agressivo do chefe do Executivo, com ofensas ao ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e críticas ao Tribunal Superior Eleitoral. O presidente do STF, ministro Luiz Fux, deve falar hoje em nome da instituição máxima do Judiciário.

Os ministros do Supremo se reuniram na noite de ontem para debater sobre os novos ataques de Jair Bolsonaro nas manifestações do feriado. Uma das avaliações convergentes entre os magistrados é de que o presidente da República produziu mais provas contra si nos inquéritos já em curso no STF e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Correio apurou que o ministro Alexandre de Moraes pedirá a inclusão dos novos discursos de Bolsonaro no inquérito das fake news, por causa de seus ataques ao sistema eletrônico de votação - diligências também serão tomadas no âmbito do inquérito administrativo do TSE.

O Legislativo também reagiu. Diante das ameaças feitas durante o discurso inflamado de Bolsonaro contra o Judiciário, o PSDB convocou uma reunião extraordinária da Executiva do partido para discutir o impeachment de Bolsonaro. O encontro está marcado para hoje e foi convocado pelo presidente da sigla sob a justificativa de que Bolsonaro fez "gravíssimas declarações". "O presidente do PSDB, Bruno Araújo, convoca reunião Extraordinária da Executiva para esta quarta-feira, para diante das gravíssimas declarações do presidente da República no dia de hoje, discutir a posição do partido sobre abertura de impeachment e eventuais medidas legais", divulgou o partido.

O PSB também reagiu às manifestações logo após os atos em apoio ao presidente. Em nota, a legenda defendeu a saída do presidente e disse que se viu frente a "um agitador, cuja única obsessão consiste em prover fartamente o pão para o circo que anima, especialmente concebido para radicalizar ainda mais seguidores fascinados pelas promessas horripilantes e deletérias do mais franco e escancarado fascismo", disse.

O deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) avaliou que o presidente perdeu a oportunidade de tomar as rédeas da democracia. "Vimos tomarem a data, nossas cores e nossos símbolos para atentarem contra os Poderes, afrontando o Estado Democrático de Direito ao invés de saírem da bolha que vivem e entenderem o que é importante para os brasileiros", lamentou o político.

O líder do Cidadania no Senado, Alessandro Vieira (SE), fez duras críticas. Segundo ele, "não é preciso aguardar o fim do dia para apontar que Jair Bolsonaro é um criminoso golpista". Para Vieira, o presidente "manipula a massa para esconder rachadinhas, centrão, mansões suspeitas e a incompetência que jogou o Brasil em uma crise sanitária, econômica e social gigante", escreveu. Para Vieira, o destino de Bolsonaro "é o impeachment". Integrante da CPI da Covid, o senador é pré-candidato a presidente em 2022.

Houve manifestações também da sociedade civil. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, avaliou que o presidente Jair Bolsonaro usou dinheiro público para transformar uma data nacional (Dia da Independência) em evento particular. O advogado convocou uma atuação por parte do Congresso. "Chegou o momento histórico de os presidentes da Câmara (Arthur Lira) e do Senado (Rodrigo Pacheco) tomarem posição. A sociedade espera atitude firme de defesa da democracia ameaçada", escreveu em uma rede social.

Crise entre Poderes

Após a série de ataques do presidente da República, Jair Bolsonaro, nas manifestações do feriado de 7 de Setembro, contra o Judiciário, especialistas avaliam que as instituições devem ter pulso firme para demonstrar que existe equilíbrio entre os poderes no país.

O jurista Marco Aurélio Carvalho ressalta que Bolsonaro cometeu uma série de crimes que podem justificar um processo de afastamento temporário ou até mesmo impeachment. "O primeiro é o crime contra a harmonia e independência entre os Poderes. Ele tem a obrigação de criar um relacionamento harmônico entre o Legislativo, o Judiciário e o Executivo", disse o advogado.

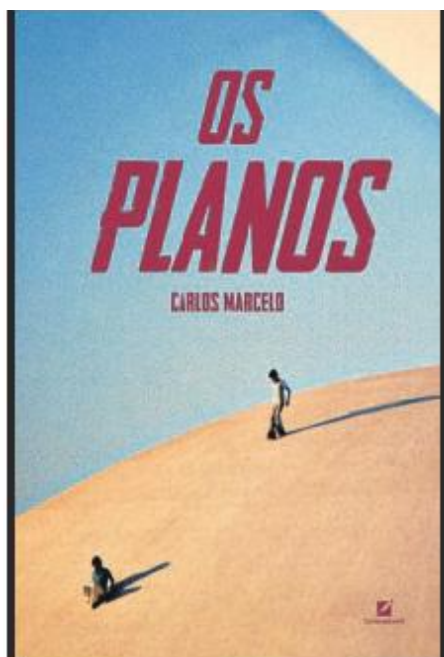
O especialista alerta que o presidente também incitou os apoiadores a praticarem atentados contra as instituições e promoveu aglomerações. "Ele tem incentivado essa ordem. Além disso, está dando um péssimo exemplo de saúde pública que pode recapitular a responsabilidade e chamar o afastamento", ressalta. Carvalho aponta que o comportamento de Bolsonaro demonstra que o presidente está cada vez mais isolado e carente de apoio político. "Mais importante que o dia 7 é o dia 8", concluiu.

O cientista político Leonardo Queiroz Leite, doutor em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), avalia que o impacto vai depender das ações do Congresso e do Supremo. "Uma das poucas coisas corretas que o Bolsonaro falou é que, a partir de agora, as coisas vão ser diferentes. Os poderes vão ser obrigados a se posicionar, em especial, o Supremo - que era o alvo principal", ressalta.

Dados da Pesquisa Atlas divulgados na última semana, mostram que 75% dos brasileiros acreditam que a democracia do país está em risco. Segundo o mesmo levantamento, 56% dos entrevistados defendem que os atos de 7 de Setembro não tinham justificativa para acontecer. Leite ressalta que Bolsonaro está cada vez mais isolado e perdido na própria narrativa. "Poucas pessoas apoiam essa aventura autoritária. O presidente fala apenas para uma minoria robotizada, adestrada que acredita em um discurso completamente alucinado. A realidade do povo, hoje, é inflação, carestia, desemprego e um país desmoralizado perante à comunidade internacional", conclui o especialista.

O advogado constitucionalista e cientista político Nauê Bernardo de Azevedo alerta que a crise entre os poderes ficará mais intensa a partir de agora. "Os problemas seguem os mesmos, sem qualquer resposta. O que muda é o acirramento do conflito entre as instituições", ressalta. (Colaboraram Fernanda Fernandes e Maria Eduarda Cardim)

STF reage, PSDB sai do muro e Aras abre o olho - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

O efeito colateral das manifestações do 7 de Setembro será sentido mais fortemente hoje, quando o Brasil volta ao normal. Após os gritos de "liberdade" e "fora Alexandre de Moraes", voltam as preocupações reais dos brasileiros: a **inflação** galopante, a gasolina a R\$ 7, o desemprego a afligir milhões, a pandemia. Em relação às manifestações de ontem, a expectativa em

Brasília se volta inteiramente para o Supremo Tribunal Federal, principal alvo escolhido pelo presidente Bolsonaro nos discursos inflamados para a massa de apoiadores. O discurso do ministro Luiz Fux, presidente da Corte, dará o rumo da crise institucional insuflada pelo presidente da República.

No campo político, os primeiros movimentos em reação aos protestos liderados por Bolsonaro partiram do PSDB. Embora se apresente como uma legenda do centro, o partido marcou uma reunião de Executiva para avaliar a possibilidade de propor o impeachment de Bolsonaro em razão dos ataques contra o Judiciário desferidos ontem. A nova postura do PSDB têm apoio de dois tucanos de proa, os governadores João Doria e Eduardo Leite. A decisão da Executiva pode jogar o partido para um ponto mais extremo na polarização pré-2022.

Nunca é demais lembrar, o presidente do PSDB, Bruno Araújo, deu o voto que sacramentou o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 na Câmara dos Deputados. Na mesma sessão, o então deputado Jair Bolsonaro homenageou o torturador Brilhante Ustra para votar pelo afastamento da presidente.

O Procurador-geral da República, Augusto Aras, acompanhou passo a passo as manifestações do 7 de Setembro em Brasília.

Com certa apreensão, Aras concluiu que o dia foi relativamente tranquilo ante a perspectiva de problemas na Esplanada dos Ministérios. O receio era que as manifestações ultrapassassem ainda mais os limites da democracia e da independência dos Poderes.

Mais protestos

Nesta quinta-feira, as mulheres indígenas marcham, pela segunda vez, em Brasília. "Que os valores da democracia falem mais alto que os arroubos da tirania. Elas vão reforçar o Não ao PL 490 e ao Marco Temporal", brada a professora Fátima Santos (PSOL).

Pacote cultural

O setor cultural brasileiro segue de olho na Câmara Legislativa. Esta semana, os distritais devem aprovar o crédito suplementar do Fundo de Apoio à Cultura

(FAC). A equipe da Secretaria de Cultura trabalhou no feriadão para garantir a execução dos projetos este ano. A expectativa é de liberar R\$ 91,6 milhões. Esses recursos, somados os R\$ 53 milhões que estão em execução, permitirão ao DF lançar o maior projeto de fomento à Cultura de todo o país: mais de R\$ 144 milhões. "Será também o maior fomento ao cinema de Brasília, no ano de tantas perdas e do incêndio da cinemateca", afirma o secretário Bartolomeu Rodrigues.

Made in Brazil

Os peritos criminais da PF que desenvolveram integralmente softwares de combate ao crime fizeram uma nova versão do NuDetective. O programa que, em poucos minutos, detecta pornografia infantil em grandes bases de dados passou a ter suporte em italiano e francês. As versões anteriores já continham instruções em inglês, espanhol e português. A atualização da ferramenta inclui outras novidades, como a varredura em dispositivos Android e um identificador de aplicativos suspeitos instalados em smartphones. O perito Flavio Silveira está de viagem marcada para Londres, onde cursará durante um ano o mestrado em Segurança da Informação na University College London. Brasiliense, ele foi selecionado para um dos programas de bolsas de estudos mais concorridos do mundo: o Chevening - oferecido pelo governo do Reino Unido. Essa edição do projeto teve 64 mil candidatos e ofertou cerca de 1.500 bolsas globalmente.

Alívio em casa

O governador Ibaneis Rocha não disfarçou a tensão quando soube que caminhoneiros haviam passado pelo primeiro bloqueio feito pelos policiais na Esplanada dos Ministérios. Em casa, ele recebia as informações diretamente o Secretário de Segurança, Júlio Danilo, mas não participou das negociações que, na palavra dos policiais, flexibilizaram o protocolo que estava sendo seguido. No final, comemorou: "Não houve incidente maior, todos -de ambos os lados - puderam se manifestar".

Vamos conversar

Os governadores vão insistir na reunião com o presidente Jair Bolsonaro ou, no mínimo, com um representante autorizado por ele. Hoje mesmo um emissário deve conversar com o ministro Ciro Nogueira para insistir na agenda. Durante as manifestações, o governador do DF, Ibaneis, conversou algumas vezes com o ministro Luiz Fux, presidente do STF, sobre a proteção ao prédio da Corte de Justiça. A partir de amanhã a preocupação será menos patrimonial e mais institucional.

A foto da capa

A imagem da capa do segundo romance do jornalista e escritor Carlos Marcelo, *Os planos*, é uma fotografia do Congresso Nacional feita nos anos 1970 por Luis Humberto (1934-2021), um dos fundadores da UnB. "No ano passado, em uma de nossas últimas conversas, falei que gostaria de ter uma imagem dele na capa do livro, e ele sugeriu essa foto", conta o autor, que foi aluno do fotógrafo e professor da Faculdade de Comunicação. Recém-lançado pela editora Letramento, o livro de Carlos Marcelo, autor da biografia Renato Russo - o filho da revolução, conta a história de cinco amigos de Brasília que se envolvem no plano de um deles para assassinar um senador da República.

Economia no radar (Editorial)

Na esteira do avanço da vacinação contra a covid-19 em todo o Brasil, com pouco mais de 30% da população com a segunda dose da vacina ou imunizada em dose única, o radar das atenções se voltam para os graves problemas econômicos que o país enfrenta e que, em parte, ocorrem devido às turbulências em Brasília. Com a desconfiança dos investidores mantendo a cotação do dólar elevada, seca castigando as regiões Sudeste e Centro-Oeste, consideradas as caixas d'água do Brasil, **inflação** elevada, desemprego alto, taxa de juros subindo e atividade econômica desaquecida, será necessário um esforço de guerra para recolocar o país em rota de crescimento econômico em níveis suficientes para gerar empregos e renda e contribuir para minimizar a grande desigualdade social existente hoje e que agrava o quadro.

O brasileiro sente no bolso a realidade econômica do Brasil, hoje, longe de mostrar pujança e reação em V como gostaria a equipe do Ministério da Economia. O ministro Paulo Guedes não esboça medida ou ação para amenizar os efeitos da aceleração dos preços, sobretudo, para a parcela dos menos favorecidos da população. São esses brasileiros que estão se virando para arcar com uma **inflação** que é bem mais alta para os pobres.

Nas contas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a **inflação** para quem tem renda mensal acima de R\$ 16.500 foi de 7,11% nos últimos 12 meses, enquanto para as famílias com ganho até R\$ 1.650 (pouco mais do que um salário mínimo), o índice de reajuste de preços chega a 10,05%. No geral, a **inflação** oficial de agosto, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será conhecida nesta quinta-feira, mas a prévia, registrada pelo IPCA-15 indica **inflação** acumulada de 9,3% em 12 meses. E não há expectativa de recuo dos preços, sobretudo dos alimentos, com impacto da seca e da demanda externa; dos combustíveis, com pressão do petróleo e do dólar, e a energia elétrica, com aumento de mais de 100% na taxa extra este ano. Sem contar o gás de cozinha.

A carestia corrói os poucos recursos que grande parcela da população dispõe para sobreviver ao longo de um mês, diante de despesas inegociáveis, como energia elétrica, água, aluguel e alimentos. Nos aluguéis, o índice utilizado normalmente, o IGP-M, já acumula aumento de mais de 30% em 12 meses. É urgente que o governo federal tome medidas para amenizar essa situação. Transferir responsabilidades

e buscar culpados ou ficar apenas observando e ironizando o impacto não vai ajudar a romper esse ciclo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deu o tom da "guerra" que é necessária para reverter essa conjuntura de reajustes generalizados de preços: "Nosso inimigo é o preço do feijão, da gasolina, da luz elétrica. Temos que discutir isso no Brasil e não perdermos tempo com aquilo que não convém." O alerta, carregado de senso de urgência, impõe ao Legislativo discutir e propor medidas para que a **inflação** não fuja ao controle. Mas a fala ocorreu no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados aprovou, a toque de caixa, a reforma do Imposto de Renda, uma proposta muito criticada e que desonera pouco os contribuintes, pesa sobre empresas e investimentos e pode resultar no aumento do desequilíbrio fiscal. É urgente olhar para os problemas econômicos do país antes que eles arrastem a sociedade para um quadro ainda mais desfavorável.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Economia no radar

Impeachment entra na mira



“Solicitei ao STF a abertura de inquérito contra Bolsonaro por sua grave ameaça ao livre funcionamento do Judiciário e pelo uso de recursos públicos para financiar seu carnaval golpista”

■ Randolfe Rodrigues (Rede-AP), senador, vice-presidente da CPI da COVID



“Não tenho dúvidas de que qualquer ato de violência contra o Congresso ou o STF em ato que teve a participação do presidente da República tornará inevitável a abertura do processo de impeachment”

■ Marcelo Ramos (PL-AM), vice-presidente da Câmara dos Deputados

Brasília - Os discursos contundentes do presidente Jair Bolsonaro em Brasília e em São Paulo contra o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes diante de milhares de apoiadores causaram reação imediata no mundo político. O presidente do STF, Luiz Fux, se reuniu com os demais ministros da corte ontem e deve fazer pronunciamento sobre as declarações de Bolsonaro na sessão de hoje para retomada do julgamento do marco temporal dos povos indígenas. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), anunciou que cancelou todas as reuniões deliberativas e de comissões marcadas para hoje e amanhã, mas não comentou as falas de Bolsonaro. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da CPI da COVID, anunciou que entrou com notícia-crime no STF contra Bolsonaro, e partidos de oposição pretendem discutir o processo de impeachment. "Acabo de ingressar com notícia-crime no STF para que o presidente da República, Jair Bolsonaro, seja investigado pelos seguintes crimes: 1. atentado contra a ordem constitucional, o Estado democrático de direito e a separação dos poderes, conforme prevê a Constituição Federal. 2. Investigação sobre eventual financiamento destes atos de hoje. 3. Utilização indevida da máquina pública, do dinheiro público, helicópteros, em favor desses atos", informou Randolfe Rodrigues pelas redes sociais. "Também solicitei ao STF a abertura de inquérito contra Bolsonaro por sua grave ameaça ao livre funcionamento do Judiciário e pelo uso de recursos públicos p/ financiar seu carnaval golpista, na forma da (ainda vigente) Lei de Segurança Nacional (arts. 18 e 23, I)", completou.

Partidos de centro devem se reunir para discutir o apoio a um eventual impeachment do presidente. A articulação começou a ser feita pelo presidente nacional do PDT, Carlos Lupi. Ele informou que pretende convidar dirigentes de PSDB, MDB e PSD. O presidente do PSDB, Bruno Araújo, anunciou que o tema será tratado em reunião da executiva nacional.

"Presidente do PSDB, Bruno Araújo, convoca reunião extraordinária da Executiva para esta quarta-feira, para, diante das gravíssimas declarações do presidente da República no dia de hoje, discutir a posição do partido sobre abertura de impeachment e eventuais medidas legais", informou o PSDB pelo Twitter.

"A reunião será com todo o centro democrático para discutir um apoio ao impeachment. O presidente atentou contra a democracia, então a resposta da democracia é o impeachment", disse Lupi. Os governadores de São Paulo e do Rio Grande do Sul, os tucanos João Doria e Eduardo Leite, manifestaram apoio à reunião. "Foi um erro colocar Bolsonaro no poder. Está cada vez mais claro que é um erro mantê-lo lá. **Inflação**, desemprego, apagão de energia, desmatamento da Amazônia, pandemia.. Esses deveriam ser os inimigos do PR do Brasil, e não outros brasileiros. Mas Bolsonaro se engana: nossas cores e nosso país não têm dono. Iremos defender os brasileiros e a democracia que ele ataca", disse Leite pelas redes sociais.

"Eu até hoje nunca havia feito nenhuma manifestação pró-impeachment, me mantive na neutralidade, entendendo que até aqui os fatos deveriam ser avaliados e julgados pelo Congresso Nacional, mas depois do que assisti e ouvi hoje, em Brasília, sem sequer estar ouvindo, ele, Bolsonaro, claramente afronta a Constituição, ele desafia a democracia e empareda a Suprema Corte brasileira", afirmou Doria, no Centro de Operações da PM (Copom). "O volume de crimes já cometidos pelo presidente da República no dia de hoje nas manifestações são mais que suficientes para justificar, se não for um novo pedido, os mais de 130 pedidos de impeachment que adormecem na mesa do presidente da Câmara, em Brasília", completou o governador.

Nas eleições de 2018, Doria recebeu apoio de Bolsonaro e apoiou a candidatura do atual presidente, com a criação do slogan Bolso Doria. Depois da vitória, ambos se distanciaram e se tornaram rivais durante a condução da resposta à pandemia de COVID-19.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Rodrigo Pacheco não se manifestaram sobre os discursos. Mas o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), usou as redes sociais para comentar os discursos de Bolsonaro. "Não tenho dúvidas de que qualquer ato de violência contra o Congresso ou o

STF em ato que teve a participação do presidente da República tornará inevitável a abertura do processo de impeachment", disse Ramos. Em sua conta no Twitter, o senador Alessandro Vieira (Cidadania) também defendeu o impeachment. "A pena é a perda do cargo e dos direitos políticos", afirmou. Vieira citou a Lei Federal 1.079, que define os crimes de responsabilidade e regula os processos passíveis de perda de cargo contra o presidente da República. Ele ainda usou a publicação para cobrar do atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), a abertura do processo de impeachment.

Críticas e apoio de artistas aos discursos

Um mapa do Brasil feito de grãos de feijão e uma arara azul e amarela se abrindo para o voo. Nas redes sociais, artistas posicionados à esquerda e à direita expressaram seu apoio (e desacordo) ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Atriz Vera Holtz, que cria manifestações artísticas especialmente para sua conta no Instagram, postou uma imagem muito replicada ao longo do dia: um mapa do país feito de feijão. A foto ironiza uma fala recente do presidente, que chamou de "idiota" quem diz que precisa comprar feijão e valorizou a aquisição de fuzis.

O ator, diretor e escritor Gregório Duvivier foi pelo mesmo caminho. Ao lado de uma foto com os dizeres "+feijão, - fuzil" ele fez um relato pessoal: "Um salve pra minha mãe (a cantora Olivia Byington) que nesse 7 de Setembro vestiu essa camiseta, comprou sei lá qtos quilos de feijão do MST (Movimento Sem Terra) e distribuiu em comunidades carentes".

A canção "Apesar de você", de Chico Buarque, marcou muitos protestos contra Bolsonaro no país. Mas, dos grandes da MPB, a grande manifestação veio de Milton Nascimento. Ele escolheu outra canção buarquiana símbolo da repressão da ditadura militar (1964-1985) para mostrar seu descontentamento com o atual governo.

"Cálice", composta por Chico e Gilberto Gil em 1973, foi interpretada por Milton a capela - acompanhando o vídeo ele postou "Fora Bolsonaro". A canção foi composta para o show "Phono 73", evento histórico realizado em São Paulo, em maio de 1973. No dia do show, quando Gil e Chico começaram a interpretá-la, tiveram os microfones desligados. Milton participou da gravação original de Chico, lançada em álbum de 1978.

Entre os artistas, o coro de descontentes é muito maior do que o de apoiadores. Samantha Schmütz usou o Twitter: "Como pode pedir liberdade e intervenção militar na mesma passeata?", questionou. Ingrid Guimarães relatou medo com os protestos.

"Nunca pensei que dia 7 de setembro pudesse ser um dia que gerasse medo. Onde chegamos.", lamentou.

Tico Santa Cruz, vocalista do Detonautas Roque Clube, pediu em seu Instagram que artistas, celebridades e influenciadores se manifestassem "contra o golpe de Bolsonaro" para não serem "cúmplices". Também engrossaram o coro os atores Letícia Sabatella, Matheus Nachtergaele, Tuca Andrada, Maria Fernanda Cândido e Leonardo Vieira.

Do lado verde e amarelo, Sérgio Reis, que em agosto foi alvo de um mandado de busca e apreensão depois de um áudio vazado em que o cantor e compositor confirmava seu apoio ao voto impresso e a um golpe de Estado, se manifestou discretamente. Sua conta no Instagram exibiu uma foto de três crianças segurando o cartaz: "Sérgio Reis, obrigado por lutar por nós". Nas manifestações pró-Bolsonaro, a imagem de Reis foi exibida em diferentes cidades.

O cantor Latino postou vídeos com uma nova versão de seu sucesso "Me leva". "Ó baby, me leva, me leva para as ruas, me leva/Dia 7nos espera/Independência é o que eu sempre quis/Minha camisa é amarela". Já o baiano Netinho postou uma foto na manifestação da Avenida Paulista ao lado da deputada Carla Zambelli (PSL) com uma camiseta escrita "Liberdade". No mês passado ela revelou que o havia convidado para concorrer a deputado federal em 2022 pela Bahia.

O ator Humberto Martins postou vídeo com a arara com as cores do Brasil se abrindo num voo ao som de "Tocando em frente" (Renato Teixeira e Almir Sater). "O Brasil, outrora muito machucado e debilitado, agora voa com sua natureza sedenta por liberdade e prosperidade!", escreveu.

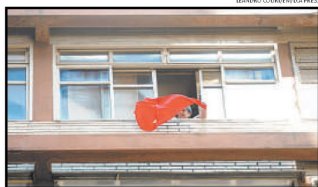
Regina Duarte, que foi secretária especial da Cultura durante três meses em 2020, também deu seu apoio. Ela postou no Instagram uma rosa amarela e escreveu: "Vamos passar o dia todo comemorando um novo renascer, uma nova consciência de povo, de poder, de democracia, enfim. Sabemos o que este regime político significa, sabemos o que nos permite e o que espera de nós".

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Em BH, Grito dos Excluídos critica a política econômica



Manifestantes protestaram contra a crise financeira que assola o país e gritaram palavras de ordem contra o chefe do Executivo



Da janela de casa, morador manifesta apoio aos atos contra o governo Bolsonaro



Comerciantes também marcaram presença no protesto, na expectativa de faturar dinheiro extra

Déborah Lima e Natasha Werneck

Se por um lado apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ocuparam a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, por outro, militantes do tradicional Grito dos Excluídos se concentraram na Praça Afonso Arinos, também na capital. O grupo contrário ao atual governo pedia a saída do chefe do Executivo do poder e criticou a crise financeira do país.

A concentração, marcada para começar às 10h, teve início mais cedo. Às 9h, já havia início de gritos "Fora Bolsonaro" e tendas com artigos de luta esquerdista. Até mesmo a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deve enfrentar o atual presidente nas urnas em 2022, foi garantida. Um boneco do petista chegou a passear pela faixa contra o governo.

O grupo de manifestantes do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos chegou de ônibus para a manifestação contra Bolsonaro, vindo da Pedreira Prado Lopes. "Somos um grupo da favela e da ocupação Pátria Livre, que faz aniversário de quatro anos hoje. A gente veio em número menor pelas regras sanitárias. Hoje o grito é Fora Bolsonaro e contra o preço de tudo, a política econômica do governo. Pelos direitos da população negra e favelada. Contra o governo Bolsonaro. É indispensável que ele saia o quanto antes porque ele representa o oposto de

tudo que a gente defende", diz o jornalista Wallace Oliveira, de 38 anos, integrante do movimento.

VENDAS Comerciantes também marcaram presença logo cedo no protesto. Erodes Barbosa, de 59, garantiu seu varal às 8h. Faixas com os dizeres "Lula2022" e "Fora Bolsonaro", bandeira LGBT, bandanas e até bandeira do Brasil.

"Toda vez que tem protesto a gente trabalha. Trabalho em eventos, festas de rodeio, essas coisas. Mas tá tudo parado e a gente tem que correr atrás do pão de cada dia", contou Erodes. "Se vender bastante dá pra arrumar um dinheirinho, uns 300 reais."

Para Erodes, trabalhar com a venda desses artigos é uma forma de pagar as contas. "No dia a dia também vendo pano de prato e outras coisas. As pessoas acham que somos velhos para empregar a gente. Não tem emprego nem pra jovem, imagina pros velhos."

Acostumada a trabalhar em protestos de pautas diversas, ela conta que, mesmo apoiando o ex-presidente Lula, na hora de fazer dinheiro não importa o comprador. "Vendo o que pessoa quiser comprar. Eu sou Lula. Sou atleticana, mas trabalho no meio da torcida do Cruzeiro. Meu sentimento fica só pra mim", disse.

A vendedora tem certeza de seu posicionamento e ainda reclama da gestão do governo atual. "O Lula foi o melhor presidente que tivemos. Tudo que tenho consegui no mandato de Lula. Bolsonaro trabalhou 28 anos como deputado e só ouvi falar quando levou a facada. Ele não tem nenhum projeto. É estúpido é só liga pros ricos."

Do outro lado da praça, uma tenda com camisetas e bandanas chamou a atenção. Antes mesmo da concentração já havia clientes interessados nos artigos de militância. A preferência: o rosto do ex-presidente Lula.

"A nossa preocupação vai além da questão meramente comercial. Se não vender hoje tem mais atos, nossa intenção é estar presente", contou o vendedor Ademilson Ferreira, de 58. Professor de história, ele diz que as vendas da barraca são para financiar o projeto Educação e Cidadania, na Região do Barreiro. "A gente atende estudantes em

preparação para o Enem. Estamos retomando agora porque na pandemia ficamos parados. Nossas produções são voltadas para ajudar nesse projeto", acrescentou.

Além disso, o grupo que divide a tenda com o professor não esconde a condição de militante. "Estar aqui é um pouco também da memória das lutas dos trabalhadores. Só trabalhamos com material de movimentos da esquerda."

INFLAÇÃO Um dos motivos que levaram o grupo a ir às ruas manifestar-se contra o governo no mesmo dia em que o presidente convocou seus apoiadores é a crise financeira do país. A queda no poder de compra e o aumento da **inflação** também estiveram na mira dos manifestantes.

Durante o Grito dos Excluídos, os manifestantes não se esqueceram da crise econômica que o país enfrenta. Entre os gritos de ordem, os presentes na Avenida Afonso Pena reclamaram do preço dos alimentos: "O arroz tá caro. O feijão tá caro. A gasolina tá cara. Esse é o Brasil de Bolsonaro", bradavam.

Encontro de manifestantes

A Polícia Militar precisou fechar a Avenida João Pinheiro para tentar impedir a passagem de manifestantes que saíram da Praça da Liberdade, em apoio ao presidente da República, para confrontar o grupo contrário ao governo. Militares do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da PM foram posicionados na avenida para bloquear o encontro dos dois grupos.

Mesmo com a segurança reforçada, alguns bolsonaristas chegaram perto dos manifestantes e proferiram xingamentos. Um ciclista mostrou o dedo do meio e xingou os protestantes que pediam a saída de Bolsonaro do poder. Um dos protestantes chegou a revidar e o chamou pra briga, mas logo um colega acalmou o homem. O bolsonarista saiu sentido Liberdade e xingou o rapaz de "trouxa".

No encontro dos manifestantes, alguns foram até mesmo confundidos. Uma bolsonarista passou por Iracema de Moura, de 58, aposentada, com máscara preta escrito "Fora Bolsonaro" e com bandeira do Brasil e pediu para fazer foto junto.

"Eu venho todo dia de cores do Brasil, acho que temos que retomar os símbolos e as cores porque apropriaram-se das cores do Brasil e isso é inaceitável. É um governo trevoso que tentou demolir e não vai conseguir. É impeachment ou renúncia", disse. "Ela (a bolsonarista) chegou e não sei se ela estava enganada ou quis mesmo a foto. Quando viu que eu

era contrária, começou a xingar. Eu mando ir com Deus e pronto. Não tem o que discutir. Cada um em paz, sem luta e sem morte", acrescentou.

Melisa Oliveira, de 64, aposentada, se posicionou na esquina onde bolsonaristas passavam a cada instante, carregando um cartaz escrito "Satanaro, a besta do apocalipse". "Quem causa mal aos outros ou zombando da desgraça alheia é, biblicamente, o satanás. O cafajeste no governo representa Satanás", explica o cartaz, sem medo de confronto. "Estou aqui de propósito. Lá no meio da manifestação contra o governo não vai resolver. Quero dar o recado para eles. Estou me contendo aqui para não provocar tanto. Mas são todos covardes, bolsonarista só age em grupo. Deus colocou ele (Bolsonaro) lá e Deus vai tirar."

APESAR DE VOCÊ Aos gritos de "Bolsonaro genocida", os manifestantes saíram da Praça Afonso Arinos e caminharam em direção à Avenida Afonso Pena. Enquanto cantavam a música "Apesar de você", de Chico Buarque, composta em 1970, em plena ditadura militar, o grupo passou pela Praça Sete e desceu a Avenida Amazonas, sentido Praça da Estação.

"Mulheres contra o machismo. Mulheres contra o capital. Mulheres contra o machismo, o capitalismo neoliberal", também gritaram os integrantes do grupo ao descer a Rua Tupinambás.

Um helicóptero da Polícia Civil sobrevoou a região para monitorar o protesto e evitar conflito com os manifestantes pró-Bolsonaro, que ocuparam a Praça da Liberdade. Pouco depois, o trânsito de veículos na Avenida dos Andradas foi liberado e, aos poucos, os manifestantes foram embora.

Moradores em situação de rua têm vozes distintas

Márcia Maria Cruz, Matheus Muratori e Roger Dias

O Brasil está a cada dia mais pobre e com milhões de desassistidos. Em Belo Horizonte, de acordo com o último censo municipal, divulgado em janeiro de 2020, há 4,6 mil sem-teto na capital mineira. Uma população vulnerável, que só aumenta e que nesse 7 de Setembro viu as ruas da cidade invadidas por manifestantes contra e a favor do governo federal. E procuram também ter voz neste momento.

Das escadarias da antiga Secretaria de Viação e Obras, Antônio Aroldo de Castro, de 62 anos, observou o vaivém da manifestação. Com casaco de frio marrom, ele contrasta com o verde-amarelo de quem passa envolvido na bandeira do Brasil. Nas mãos, a edição da revista Veja com a manchete "Uma

derrota da civilização".

Antônio disse que não se juntaria aos manifestantes que, segundo ele, querem derrubar Bolsonaro. Ao falar do presidente, usou a metáfora de carpinteiro. "Bolsonaro é o martelo, e eu sou o prego." Ele revelou apoiar o presidente, que defende "valores humanos" que ele considera correto. Antônio disse que o mundo está perdido com as "sapatões". "Estamos num mundo de prostituição. Os últimos dias da lei."

Natural de Francisco Sá, no Norte de Minas, ele chegou à capital em 1976. Está vivendo há quatro anos em uma barraca na Praça da Liberdade. Mas não saiu de seu lugar enquanto os manifestantes ocupavam a praça.

Com certo espanto, Charles Alves de Souza, de 39, viu um grande número de carros e motos passarem por sua moradia. Ele vive há cinco anos em um humilde barraco próximo à Avenida Carlos Luz, ao lado da irmã Deise, de 51, e do vira-lata Bradock. "Isso é manifestação? Não sabia. Vi os carros passando e achei que era desfile de 7 de Setembro."

Enquanto veículos e motos de luxo passam por avenidas de Belo Horizonte, Charles e Deise não tinham o que comer no feriado. Ambos vivem basicamente da venda de latas e de pequenos serviços prestados a uma igreja. O morador em situação de rua se mostra revoltado com a situação do país: "Não tenho casa, comida e nem consigo um emprego. Não temos nem o arroz com feijão hoje. Tudo está muito difícil. Espero que as coisas melhorem daqui para a frente".

Com relação à preferência política, ele é direto: "Não gosto do Bolsonaro. Prefiro o Lula". Charles foi morar na rua depois que o pai vendeu a casa onde vivia, no Bairro Jardim América, em BH. Mesmo em meio a dificuldades, ele mantém a fé de sair um dia da faixa extrema da pobreza. "A gente não pode perder a esperança. Trabalhamos para tentar um dia ser feliz."

Alfrederson Sartler, de 34, ao lado da cadelinha Dobradinha, é outro que luta diariamente em busca do pão que está em falta. Ele vive há mais de uma década na Praça Raul Soares. "Tudo é culpa do Bolsonaro. Deviam fazer movimento contra ele. Minha revolta é essa. Temos que tirar logo esse cara, que ele não ajuda ninguém", expressou o morador.

Alfrederson conta que é um desafio diário conviver com os problemas: "Estou sem emprego, sem ter onde morar. Estou na rua há 12 anos e a situação só piora", lamentou.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

O "milagre" econômico (Artigo)

Thales Zamberlan Pereira *Doutorem economia pela FEA-USP e professor da Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP)*

Entre as diversas formas com as quais idealizamos o passado, poucas são tão contraproducentes para o debate público brasileiro quanto a falsa dicotomia entre democracia e crescimento econômico. Central nesse debate é o mito do crescimento econômico durante a ditadura militar.

Uma das definições de mito é a da ficção, uma meia verdade. Para o período militar, a meia verdade surge na narrativa que atribui ao regime o que não é do regime e desaparece com fatos que pertencem a ele.

Historicamente, parte da diferença de taxa de crescimento entre países pode ser explicada pelo aumento da urbanização e pela redução na quantidade de filhos por casal. Quem procurar quais foram os países que mais cresceram nos últimos anos vai encontrar países de baixa renda, onde a população está deixando o campo e formando famílias menores. Como urbanização e transição demográfica ocorrem apenas uma vez, comparar taxas de crescimento entre países muito diferentes ou comparar o mesmo país em períodos históricos distantes é exercício que requer cuidado do analista.

Para avaliar o crescimento econômico no governo militar, portanto, devemos comparar o Brasil com países que possuíam características semelhantes às nossas entre 1964 e 1984.

Usando técnicas estatísticas para criar esse grupo, o aumento na renda durante a ditadura não foi maior do que a média dos países com renda semelhante que estavam se urbanizando e passavam pela transição demográfica. Sim, é verdade que o crescimento durante o "milagre" (1967-73) foi alto, mas o regime militar durou mais que meia dúzia de anos.

Políticas que buscavam crescimento a qualquer custo produziram um desastre após 1982, com estagnação econômica e dívida externa fora de controle. Além disso, políticas supostamente temporárias para controlar a **inflação**, como a correção monetária, multiplicaram-se em um ambiente não democrático e fizeram o Brasil ter a maior média de **inflação** entre os países atingidos pela crise da dívida da década de 1980.

A crise econômica foi uma das justificativas para 1964.

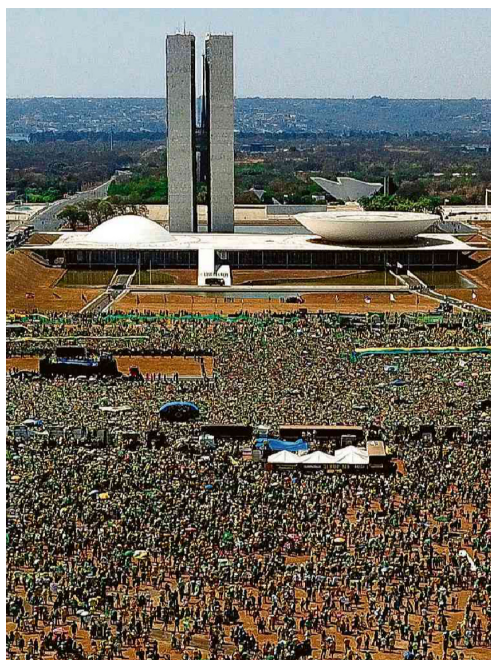
A promessa era colocar a "casa em ordem" e devolver o poder aos civis nas eleições de 1966, que nunca ocorreram. O resultado foi que o governo militar se encerrou com uma taxa de **inflação** maior do que aquela que recebeu: 92% em 1963, 235% em 1984. Aliás, se a comparação fosse válida, o crescimento do período militar foi semelhante ao verificado no período democrático de 1945-63 (a renda dobrou nos dois períodos).

O crescimento na ditadura não ocorreu pela ausência da democracia. Esse é um mito que precisa ficar no passado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49662>

Bolsonaro ameaça STF de golpe e diz que só sai morto da Presidência



Em discursos diante de milhares de apoiadores nesta terça-feira (7) em Brasília e São Paulo, o presidente Jair Bolsonaro fez ameaças golpistas contra o STF (Supremo Tribunal Federal), exortou desobediência a decisões da Justiça e disse que só sairá morto da Presidência da República.

Pela manhã, na Esplanada dos Ministérios, Bolsonaro fez uma ameaça direta ao presidente do Supremo, ministro Luiz Fux. "Ou o chefe desse Poder [Fux] enquadra o seu [ministro] ou esse Poder pode sofrer aquilo que nós não queremos", disse, referindo-se às recentes decisões de Moraes contra bolsonaristas.

"Nós todos aqui na Praça dos Três Poderes juramos respeitar a nossa Constituição. Quem age fora dela se enquadra ou pede para sair", disse o presidente, em um caminhão de som no gramado em frente ao Congresso.

"Não podemos continuar aceitando que uma pessoa específica da região dos Três Poderes continue barbarizando a nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas no nosso Brasil", disse Bolsonaro em outra referência a Moraes.

Moraes foi o responsável por decisões recentes contra bolsonaristas que ameaçam as instituições. O ministro tem agido a partir de pedidos da PGR (Procuradoria-Geral da República), sob o comando de Augusto Aras,

indicado por Bolsonaro, e da Polícia Federal, órgão subordinado ao presidente.

Os atos desta terça foram dominados por discursos golpistas do presidente e por faixas, cartazes e gritos autoritários e antidemocráticos de seus apoiadores. O STF foi o principal alvo.

À tarde, na avenida Paulista, exortou desobediência a decisões da Justiça.

"Nós devemos sim, porque eu falo em nome de vocês, determinar que todos os presos políticos sejam postos em liberdade. Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou", afirmou Bolsonaro.

"[Quero] dizer aos canalhas que eu nunca serei preso", disse o presidente, que prosseguiu. "Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para sair. Não se pode admitir que uma pessoa apenas, um homem apenas turve a nossa liberdade."

"Dizer a esse ministro que ele tem tempo ainda para se redimir. Tem tempo ainda de arquivar seus inquéritos. Sai Alexandre de Moraes, deixa de ser canalha, deixa de oprimir o povo brasileiro."

Ainda na Paulista, assim como tem dito em discursos no interior do país, Bolsonaro afirmou que as únicas opções para ele são ser preso, ser morto ou a vitória, afirmando na sequência, porém, que nunca será preso. "Dizer àqueles que querem me tornar inelegível em Brasília: só Deus me tira de lá."

A atual crise institucional, patrocinada por Bolsonaro, teve início quando o presidente disse que as eleições de 2022 somente seriam realizadas com a implementação do sistema do voto impresso -essa proposta já ter sido derrubada pelo Congresso.

No discurso em São Paulo, ele voltou a mirar o sistema eleitoral e o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do TSE. "Não é uma pessoa que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável, porque não é", afirmou. "Não posso participar de uma farsa como essa patrocinada ainda pelo presidente do TSE."

Bolsonaro também atacou a decisão do corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Luís Felipe

Salomão, que vetou repasses de dinheiro a páginas bolsonaristas investigadas por disseminar fake news sobre a urna eletrônica.

"Não podemos admitir um ministro do TSE também, usando a sua caneta, desmonetizar páginas que criticam esse sistema de votação."

O STF analisa atualmente cinco inquéritos que miram o presidente Jair Bolsonaro, seus filhos ou apoiadores na área criminal. Já no TSE tramitam outras duas apurações que envolvem o chefe do Executivo.

Apesar de a maioria estar em curso há mais de um ano, essas investigações foram impulsionadas nas últimas semanas após a escalada nos ataques golpistas do chefe do Executivo a ministros das duas cortes e a uma série de acusações sem provas de fraude nas eleições.

No discurso da Paulista, o mandatário lembrou em diversas frases a importância de seus apoiadores e agradeceu a todos os que chamou de patriotas, que se manifestaram pelo país na data. "Não existe satisfação maior do que estar no meio de vocês", "onde vocês estiverem eu estarei".

"O apoio de vocês é primordial, é indispensável para seguirmos adiante. Nesse momento eu quero mais uma vez agradecer a todos vocês. Agradecer a Deus pela minha vida e pela missão."

O feriado da Independência também foi marcado por um factóide do chefe do Executivo que envolveu STF e Congresso.

Bolsonaro chegou a anunciar uma reunião para esta quarta-feira (8) com os presidentes de Supremo, Câmara e Senado, mas as assessorias de Luiz Fux (STF), Rodrigo Pacheco (Senado) e Arthur Lira (Câmara) disseram que não há nenhuma previsão de reunião.

Além do vice, general Hamilton Mourão, estiveram com Bolsonaro nos atos desta terça ao menos os ministros Braga Netto (Defesa), Milton Ribeiro (MEC), Gilson Machado (Turismo), Fábio Faria (Comunicações), Onyx Lorenzoni (Trabalho), Anderson Torres (Justiça), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral da Presidência), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e João Roma (Cidadania).

Os atos de viés golpista em Brasília e em São Paulo representam uma minoria no país. Pesquisa Datafolha de junho mostrou que 75% dos brasileiros consideram o regime democrático o mais adequado, enquanto 10% afirmam que a ditadura é aceitável em algumas ocasiões.

Anunciado por Bolsonaro nos últimos dois meses como uma espécie de tudo ou nada para ele, as manifestações do 7 de Setembro podem ampliar o seu isolamento político, no momento em que, de olho em 2022, depende do STF e do Congresso para a liberação de recursos e aprovação de projetos.

Ao mesmo tempo em que perde capital político com a crise entre os Poderes, intensificada por seus ataques ao Judiciário, a alta da **inflação** e a crise energética se colocam como novos obstáculos para o projeto de sua reeleição no ano que vem.

Bolsonaro usou toda a estrutura da Presidência para os atos com ameaças golpistas, tanto no deslocamento entre São Paulo e Brasília como em sobrevoos em helicópteros na Esplanada e na Paulista.

Segundo a Polícia Militar de São Paulo, 125 mil pessoas participaram do ato na avenida Paulista, que recebeu caravanas de bolsonaristas vindos de outros estados -os organizadores esperavam 2 milhões de pessoas no ato de SP. Todas as 27 capitais registraram manifestações em defesa do governo.

Como o próprio Bolsonaro já disse, ele buscava nesses protestos uma foto ao lado de milhares de apoiadores para ganhar fôlego em meio a uma crise institucional provocada pelo próprio, além das crises sanitária, econômica e social no país.

"Esse retrato que estamos tendo neste dia não é de mim nem ninguém em cima desse carro de som, esse retrato é de vocês, é um **comunicado**, um ultimato para todos que estão na praça dos Três Poderes, inclusive eu presidente da República para onde devemos ir."

Os atos bolsonaristas neste Sete de Setembro ocorreram em meio a uma série de reveses para o governo, com reações de outros Poderes às ameaças autoritárias disparadas pelo Executivo, desembarque de setores do empresariado e do mercado, estagnação de pautas no Congresso e horizonte econômico negativo.

Bolsonaro aparece distante do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em diferentes pesquisas de opinião sobre as eleições de 2022. Pesquisa Datafolha de julho mostrou recorde na reprovação do presidente, rejeitado por 51% dos brasileiros.

Reportagem da Folha deste domingo mostrou que ministros do STF e dirigentes de partidos do centrão condicionavam o futuro das relações do governo com os demais Poderes à postura que Bolsonaro adotaria

no 7 de Setembro e nos dias posteriores aos protestos.

De um lado, integrantes do STF enviaram recados ao mandatário e aos presidentes da Câmara e do Senado de que o avanço das negociações em busca de uma saída para o rombo dos precatórios, o que viabilizaria a reformulação do Bolsa Família, só deve ocorrer se o chefe do Executivo cessar os ataques ao tribunal.

De outro, líderes de siglas do centrão que hoje dão sustentação a Bolsonaro no Legislativo passaram a ver o desembarque do governo no ano que vem quase como inevitável se não houvesse uma mudança de comportamento do presidente.

Fux, Pacheco e Lira afirmam desconhecer reunião de Conselho

Os presidentes do STF (Supremo Tribunal Federal), da Câmara e do Senado desconhecem a reunião do Conselho da República, citada por Jair Bolsonaro (sem partido) em discurso nesta terça-feira (7) na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

A apoiadores, durante uma fala com ameaças golpistas ao STF, Bolsonaro disse que haverá um encontro entre os chefes de Poderes nesta quarta-feira (8).

"Amanhã estarei no Conselho da República juntamente com ministros para nós, juntamente com presidente da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, com esta fotografia de vocês, mostrarmos para onde nós todos devemos ir", afirmou. Bolsonaro não deu mais detalhes.

De acordo com o artigo 90 da Constituição de 1988, o Conselho da República tem a função de se pronunciar sobre estado de sítio, estado de defesa, intervenção federal e questões relativas à estabilidade das instituições democráticas.

Procuradas pela Folha, as assessorias de Luiz Fux, que preside o Supremo, de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que comanda o Senado, e de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, disseram que não há previsão de reunião com Bolsonaro. Desconhecem qualquer convocação neste sentido até agora.

O anúncio da reunião surpreendeu não apenas os supostos participantes, mas também a chamada ala política do Planalto, composta por Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Ciro Nogueira (Casa Civil).

Auxiliares que trabalham pela moderação do presidente ficaram sabendo na hora do discurso da convocação do encontro.

Presidido pelo presidente da República, o conselho tem apoio administrativo da Secretária-geral, hoje sob o comando de Luiz Eduardo Ramos. General da reserva e amigo de Bolsonaro, ele esteve no carro de som no protesto na Esplanada.

O órgão foi regulamentado em lei de 1990, assinada pelo então presidente, Fernando Collor de Mello, que esteve no hasteamento da bandeira ao lado de Bolsonaro mais cedo, na frente do Palácio da Alvorada.

Dentre os que compõem o conselho, outros dois também estavam ao lado de Bolsonaro -Hamilton Mourão, vice-presidente, e Anderson Torres, ministro da Justiça.

Desde sua criação, o órgão só se reuniu uma vez, em 2018, no fim do governo Michel **Temer** (2016-2018). O objetivo foi discutir a intervenção federal na área de segurança pública no Rio de Janeiro.

Além do presidente da República, o conselho é composto pelo vice-presidente, pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, pelos líderes da maioria e da minoria nas duas Casas do Congresso e pessoas indicadas pelo presidente da República e pelos presidentes das duas Casas.

Ao todo são 15 integrantes. Ao contrário do que Bolsonaro sugeriu em seu discurso, o presidente do Supremo não faz parte do órgão.

De acordo com a Lei 8.041/90, cabe ao presidente da República convocar reuniões, que só podem ocorrer com a presença da maioria de seus integrantes.

Em julho, o atual presidente da corte, Luiz Fux, sugeriu a Bolsonaro a realização de uma reunião de chefes dos Poderes para discutir a crise política, mas retirou a sugestão duas semanas depois, após Bolsonaro começar a atacar o sistema eleitoral e os ministros do STF.

A declaração de Bolsonaro causou reação no mundo político.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição no Senado e vice-presidente da CPI da Covid, afirmou que começou a conversar com líderes partidários para que os dois indicados pela Casa ao Conselho da República sejam ele e o colega Omar Aziz (PSD-AM), presidente da comissão.

O colegiado no Senado vem apurando denúncias de desvios de recursos em contratos firmados pelo Ministério da Saúde durante a pandemia do novo

coronavírus.

"Adianto ao presidente que já estamos prontos para tomar seu depoimento. O senhor quer estar na condição de testemunha ou investigado? Estamos ansiosos!", escreveu Randolfe em uma rede social.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN), que tem vaga no conselho por ser líder da minoria no Senado, afirmou que Bolsonaro não adiantou a pauta nem convidou formalmente os integrantes. Ele disse que o presidente deve renunciar.

"O conselho é um órgão de assessoramento da Presidência da República. Bolsonaro pode ou não seguir suas orientações. A minha seria: renuncie, presidente!", escreveu o senador petista, em uma rede social.

Outro integrante do conselho, por ser líder da minoria na Câmara, o deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ) afirmou que não pretende comparecer à reunião e disse que ela não deve ocorrer.

"Defendo que o conselho não pode se reunir mediante ameaças de um presidente que viola a Constituição. Se houver reunião, não participarei. Bolsonaro está isolado e tenta encenar uma força que não tem", afirmou, também em rede social.

Renan Calheiros (MDB-AL) também teria cadeira no conselho por ser líder da maioria no Senado, além de ser relator da CPI da Covid e desafeto de Bolsonaro.

O senador postou em rede social que Bolsonaro recorre a bravatas golpistas contra as instituições. "Perdeu e seguirá sendo enquadrado pela democracia implantada com muitas dores, perdas e sangue. O fascismo não triunfará", afirmou.

O senador também republicou vídeo em que Ulysses Guimarães, então presidente da Assembleia Constituinte que deu origem à Carta Magna de 1988, faz seu discurso histórico em sessão solene contra a ditadura.

"Traidor da Constituição é traidor da pátria", afirmou Ulysses no discurso. "Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo", disse.

Integrante do conselho de 2018 a 2021 (nomeado por **Temer**) e atualmente conselheiro federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pelo Distrito Federal, Francisco Caputo Neto afirmou que não há motivos para a convocação da reunião.

"Não há nada que justifique a convocação do conselho nesse momento. Apesar de bastante conturbado, o

cenário atual revela o perfeito funcionamento das instituições republicanas e não há, até o momento, nenhum motivo social ou político que exija uma medida excepcional e de extrema força", disse.

Segundo ele, um detalhe pode fazer com que os atos do conselho sejam até mesmo invalidados. "O presidente da República fez nomeações que não seguem os princípios constitucionais da impessoalidade e da motivação dos atos administrativos, configurando nítido desvio de finalidade", afirmou Caputo Neto.

Entre as nomeações de Bolsonaro para o órgão estão o ministro Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e o deputado Victor Hugo (ex-líder do governo).

"Ao nomear para o conselho pessoas ligadas ou com cargo em seu governo, o presidente desvirtuou os assentos destinados a representantes da sociedade civil", disse Caputo Neto.

Rubens Glezer, professor de direito da FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirmou que o conselho tem como objetivo se reunir em momentos graves ou de anormalidade para evitar que autoridades tomem decisões muito importantes sozinhas.

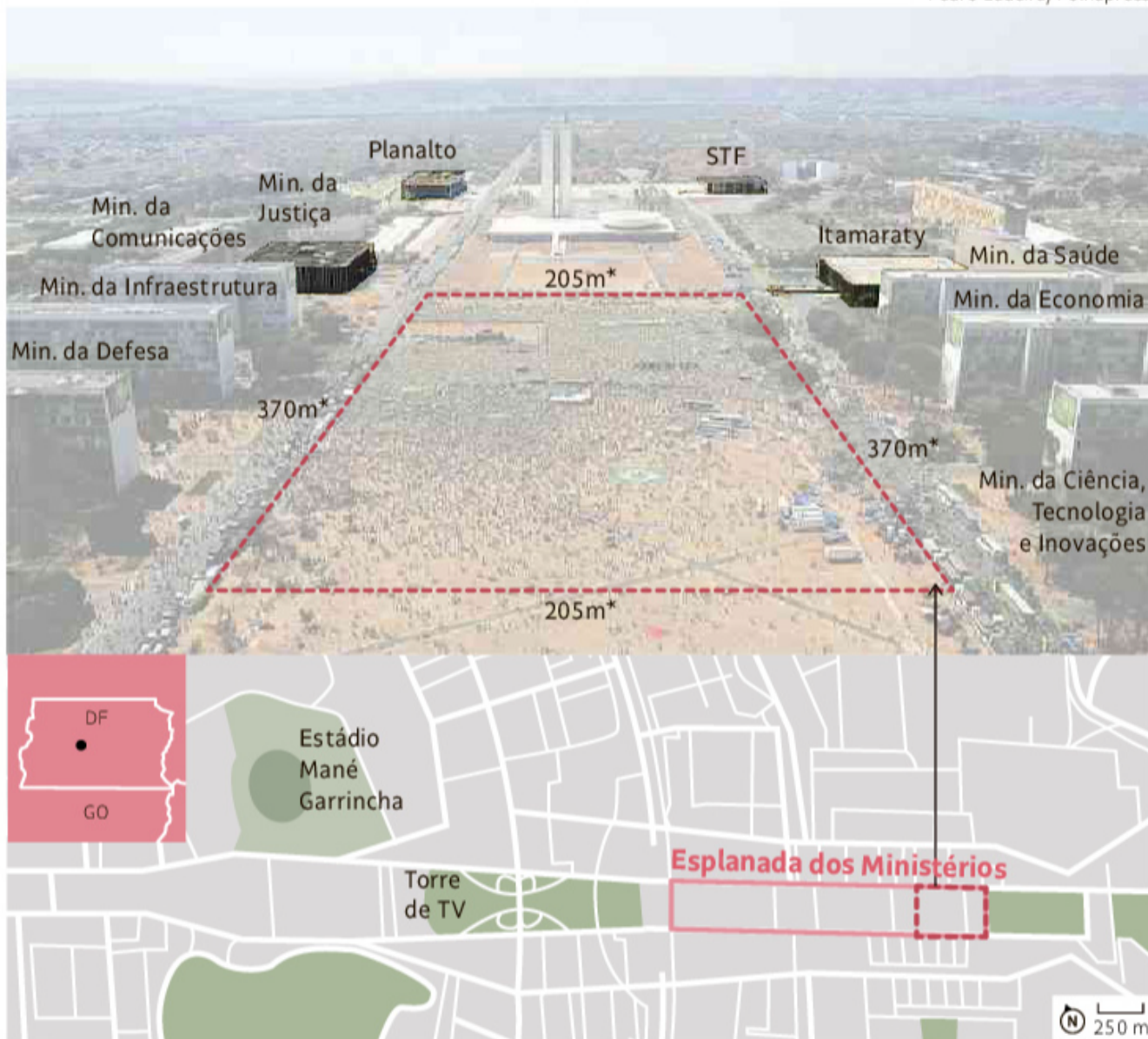
Para ele, as reclamações do presidente sobre decisões do Judiciário não embasam essas discussões.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49662>

Dimensão da manifestação em Brasília no 7 de setembro

Pedro Ladeira/Folhapress



*dimensões aproximadas Fonte: Google Maps

Presidente admite delinquência e seu pavor de acabar preso

Igor Gielow

Os protestos do 7 de Setembro juntaram grandes quantidades de apoiadores de Jair Bolsonaro, mas nada avassalador e sugerindo um ato final de sua Presidência -ao menos no desejo farsesco do mandatário de transformar seu medo de ser preso em cativo político da nação.

É um "Götterdämmerung", um crepúsculo dos deuses sem divindades envolvidas, num pastiche tropical de fazer corar os fãs de Wagner na Alemanha dos anos 1930.

Os dois discursos do presidente neste feriado, particularmente o realizado na avenida Paulista, mostram um Bolsonaro pintado para uma guerra pessoal: seria mais fácil colocá-lo num ringue com Alexandre de Moraes para definir o destino do país, na visão apresentada sem nenhum pudor pelo mandatário.

A anomia vem se desenhando desde 2019, mas obviamente ganhou contornos dramáticos nas últimas semanas. Bolsonaro agora é um presidente em estado de delinquência anunciada: afirmou que não respeitará decisões do ministro do Supremo a quem elegeu como inimigo.

Na prática, isso não diz nada, exceto que ele mande a Polícia Federal ignorar a corte. Mas é uma sinalização de desespero terminal.

Nesta terça, o presidente não se satisfaz em repetir os itens abertamente golpistas de sua fala. Sugeriu, ao inventar uma reunião extraordinária do Conselho da República, que poderia tomar alguma medida que poderia requerer a presença do colegiado: estado de sítio, de defesa, intervenções federais.

E o fez elencando todo o rosário de condução ilusória da crise institucional que ele mesmo criou: a suposta ditadura dos estados no manejo da pandemia, o torniquete do inquérito das fake news sendo apertado pelo Supremo e, com todas as letras, seu temor maior.

"Nunca serei preso", esbravejou na Paulista. É um recibo cândido apresentado aos apoiadores de Bolsonaro pelo seu "mito", aspas obrigatórias, sobre o que realmente apavora o presidente: a reação tocada

pela caneta de Moraes no Supremo.

Exceto que ele se pretenda um Salvador Allende sofrendo um golpe imaginário com metralhadora nas mãos, é curioso imaginar qual hombridade que seus discípulos veem no líder.

Pouco importa: ele mantém o seu público raiz fidelizado, esperando chegar até 2022 com alguma viabilidade. E esperando que os rombos no seu dique (**inflação**, crise energética, paralisação do governo etc.) não o afoguem.

Havia gente na rua, claro, mas para quem esperava colocar 2 milhões na Paulista os 125 mil aferidos pela Polícia Militar são um balde de água fria relativa.

Menos mal que, até o fim da tarde, as ameaças de confusão protagonizadas pelos manifestantes em Brasília viraram fumaça. O problema para o país, noventa e nove fora a confusão estimulada por seu presidente, é que novamente a classe política é desafiada. Bolsonaro conseguiu subir o tom, se é que isso era possível.

A reação ensaiada pelos candidatos a encarnar uma alternativa a Bolsonaro na disputa contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no ano que vem foi colocada na mesa imediatamente: impeachment.

Saindo do campo da esquerda, a quimérica solução agora está na boca do PSDB -do jeito típico do partido, com o presidenciável João Doria pedindo a cabeça de Bolsonaro e a sigla marcando reunião para debater o caso, com a previsível oposição da ala do deixa-disso aliada ao centrão.

Seja como for, também de forma esperada, os atos divididos da esquerda não fizeram sombra à Paulista de Bolsonaro, mas nem tampouco foram desprezíveis.

Resta saber o que acontecerá na próxima parada da crise, nos protestos da antiga direita que ajudou a derrubar Dilma Rousseff (PT) em 2016, marcados contra Bolsonaro para o domingo (12). Até aqui, ela tem sido a franja no campo conservador, enquanto as exceções que pediam intervenção militar cinco anos atrás agora são o "mainstream" em termos de barulho.

As peças, de todo modo, se mexem. Mais de um ator

importante do mundo político disse que a construção do caso jurídico contra Bolsonaro, em especial no Tribunal Superior Eleitoral, ganhou tração.

Isso tudo gera um caldo de pressão sobre o centrão que carrega as chaves da sobrevivência política de Bolsonaro com a Procuradoria-Geral da República. A proverbial Faria Lima não ficará contente com o arazoado desta terça, e isso cobrará um preço que talvez até os aliados de Bolsonaro terão de aceitar.

Os movimento dos militares desgastados pela associação com Bolsonaro de se distanciar dos atos deste dia 7, inclusive com a chamativa ausência do pitbull Walter Braga Netto (Defesa) na Paulista, foram notados com inquieto alívio por políticos e membros da cúpula do Judiciário.

Mas é pouco. A partir desta quarta (8), o país tem um líder que se declara em desobediência civil. Isso não é trivial, por mais vulgar que Bolsonaro torne a situação.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

62

Bolsonaro erra sobre Conselho e impeachment de magistrados

O presidente Jair Bolsonaro voltou a atacar o ministro Alexandre de Moraes, do STF; e o TSE ao discursar para apoiadores nesta terça (7). A Lupa checou algumas falas. A assessoria da Presidência não respondeu sobre a checagem. *

" [Amanhã] Estarei no Conselho da República, juntamente com ministros, para nós, juntamente com o presidente da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, com esta fotografia de vocês, mostrar para onde nós todos devemos ir." Jair Bolsonaro, em discurso em Brasília falso O presidente do STF, Luiz Fux, não compõe o Conselho da República. Por lei, o órgão é formado por 15 membros, mas não está prevista a participação de integrantes do STF

Criado em 1988, o conselho é um órgão consultivo previsto na Constituição, cuja prerrogativa é opinar sobre temas como intervenção federal, estado de defesa e de sítio e "questões relevantes para estabilidade das instituições".

Ou seja, não se trata de uma simples reunião entre Poderes, mas de um órgão convocado pelo presidente. Até hoje, o grupo reuniu-se somente em 2018, para discutir a intervenção militar no RJ proposta por Michel **Temer** (MDB).

Participam, além do presidente da República e seu vice, o ministro da Justiça, os presidentes da Câmara e do Senado e os líderes da maioria e da minoria das Casas. Também dois cidadãos indicados pelo presidente e outros quatro escolhidos pelo Senado e pela Câmara. Ministros de Estado podem ser convocados.

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (MDB-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) negaram ter sido convocados. Ao Antagonista o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que a convocação foi um "equivoco" do presidente.

"Quando um deputado ou senador começa a fazer algo que incomoda a todos nós, está fora das quatro linhas [da Constituição], geralmente ele é submetido ao Conselho de Ética e pode perder o mandato. Já no nosso STF isso infelizmente não acontece." em SP falso Ministros do STF podem perder seus mandatos caso cometam crimes de responsabilidade. A lei

1.079/50 lista cinco ações que podem resultar em impeachment de ministros da corte. Entre elas estão proferir julgamento quando seja suspeito na causa e exercer atividade político-partidária.

Qualquer cidadão pode fazer a denúncia junto ao Senado. O próprio Bolsonaro fez isso em 20 de agosto, ao protocolar petição contra Moraes. A denúncia acabou arquivada.

Até hoje, o Senado nunca afastou um ministro da corte

"[Vou] Dizer que qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes esse presidente não mais cumprirá." em SP

contraditório Embora Bolsonaro tenha repetido que "joga respeitando as quatro linhas da Constituição", o anúncio de que deixará de cumprir decisões de um ministro do STF fere o artigo 85 da Carta -que lista atos considerados como crimes de responsabilidade em que um chefe do Executivo pode ser enquadrado.

O "não cumprimento das leis e decisões judiciais" está entre as violações pelas quais o mandatário pode ser punido com a perda do cargo.

"Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições [...] Não é uma pessoa no TSE que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável, porque não é." falso A Justiça Eleitoral estabelece diversos mecanismos e testes de segurança para comprovar a integridade das urnas e garantir eleições seguras. Um deles, o Teste Público de Segurança, já teve cinco edições.

Outro ocorre na véspera da eleição, desde 2002: o teste de integridade, quando urnas são sorteadas para serem submetidas a uma auditoria monitorada. Até o momento, todas as acusações de fraude das urnas eletrônicas foram descartadas, e não há indícios de interferência nelas. Checagem por Bruno Nomura, Gustavo Queiroz, Maurício Moraes e Nathália Afonso

Lula se equivoca sobre Bolsa Família e crescimento

Na véspera do feriado de 7 de Setembro, o ex-presidente Lula (PT) divulgou em redes sociais um vídeo para apoiadores. A Lupa checou algumas falas.

*

"[O crescimento durante o governo Lula] colocou o Brasil entre as seis maiores economias do mundo." Lula, em vídeo nas redes sociais falso A economia brasileira chegou a estar entre as seis maiores do mundo, mas isso aconteceu no governo de Dilma Rousseff, e não de Lula. Em dezembro de 2011, o Centro de Pesquisa Econômica e de Negócios publicou projeção que mostrava que a economia brasileira ultrapassaria a britânica, então sexta maior do mundo. A tendência foi confirmada em março de 2012, mas durou poucos meses. Hoje, a Austin Rating indica que o Brasil é a 13a economia.

A assessoria de Lula disse que "o crescimento da economia durante o governo Lula é que levou o Brasil para a sexta economia do mundo no primeiro ano do governo Dilma".

"[Os últimos governos] encolheram o Bolsa Família."

falso O programa não encolheu no governo Bolsonaro. Segundo o Ministério da Cidadania, em agosto de 2021, 14,6 milhões de famílias receberam o benefício. O número mais alto da série histórica foi em maio de 2021, 14,69 milhões. O valor médio, contudo, cresceu abaixo da **inflação**. Em abril de 2016, era de R\$ 161,09, o que em valores corrigidos representaria R\$ 203,52. Em março de 2021, o benefício médio era de R\$ 186,49.

Em agosto, Bolsonaro enviou para o Congresso uma medida provisória que tem como objetivo criar um "novo Bolsa Família", o Auxílio Brasil.

A assessoria de imprensa de Lula afirmou que a fila de pessoas com direito ao benefício que não são contempladas cresceu e que o valor real do benefício caiu em relação ao aumento do custo de vida.

"Continuaram cobrando cada vez mais imposto do pobre do que dos ricos."

verdadeiro Estudo do Ipea sobre o pagamento de IPTU, IPVA e Imposto de Renda sobre rendimentos do trabalho e contribuição previdenciária em dois períodos (2008-2009 e 2017-2018) concluiu que as famílias mais pobres acabam sendo mais prejudicadas que as mais ricas em três deles (IPVA, IPTU e Previdência).

Em -2017-2018, por exemplo, nas 23% de famílias com renda de até três salários mínimos que declararam o pagamento de IPTU, o imposto representou 1,2% da renda domiciliar.

Já nas que recebem mais de 36 salários mínimos, o percentual caiu para 0,7%. O IPVA consumiu 2,2% da renda das famílias de até três salários, e 0,9% da renda das que recebem mais de 36 salários mínimos. Na contribuição previdenciária, o gasto foi de 6,1% da renda dos mais pobres de 3,4% para os mais ricos. Checagem por Nathália Afonso e Maurício Moraes

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49662>

O dia seguinte (Editorial)

O presidente Jair Bolsonaro exibiu ontem exatamente o que tem mostrado desde o início do mandato: sua irresponsabilidade e seu isolamento político.

Tratadas nas últimas semanas como prioridade nacional pelo Palácio do Planalto, as manifestações bolsonaristas do 7 de Setembro serão interpretadas pelo presidente como a prova de que o "povo" o apoia, mas um presidente realmente forte não precisa convocar protestos a seu favor nem intimidar os demais Poderes para demonstrar poder; apenas o exerce. Assim, Bolsonaro reiterou sua fraqueza, já atestada por várias pesquisas que indicam o derretimento de sua popularidade.

Os atos - que configuraram evidente campanha eleitoral antecipada, bancada parcialmente com recursos públicos - revelaram também que, depois de tantas ameaças proferidas, Jair Bolsonaro já não tem muito mais o que falar de novo a seus seguidores. Ontem, chegou a dizer que convocaria o Conselho da República, órgão previsto na Constituição para consulta sobre "intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio", além de "questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas" (art. 90).

"Amanhã, estarei no Conselho da República, juntamente com os ministros. Para nós, juntamente com o presidente da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, com esta fotografia de vocês, mostrar para onde nós todos deveremos ir", disse Jair Bolsonaro, em seu dialeto trôpego. Os três presidentes citados, Arthur Lira, Rodrigo Pacheco e Luiz Fux, disseram desconhecer a tal reunião.

Como é de seu feitio, Bolsonaro trata assunto sério de forma leviana.

Se as manifestações tiveram considerável afluência, algo até previsível ante o fato de que o presidente passou os últimos dois meses usando sua tribuna privilegiada para convocar sua militância, o fato inexorável é que o governo exatamente continua no mesmo lugar. E os problemas nacionais continuam os mesmos. A rigor, por força de Bolsonaro, eles até se agravaram nas últimas semanas: aumentou o pessimismo, decaiu a confiança, cresceu o desalento. A saída da crise social e econômica está mais distante.

Não há como negar. É patente o descaso do presidente com a realidade do País. Basta ver que, diante da **inflação** crescente e ao emprego em baixa,

a aposta de Bolsonaro, interessado somente em permanecer no poder e proteger sua prole e a si mesmo da Justiça, continua sendo acirrar tensões com os outros Poderes e sugerir a possibilidade de uma ruptura institucional. Em seu léxico, não há solução.

Eis a grande disfuncionalidade dos atos bolsonaristas de 7 de Setembro.

Por mais que pretendam demonstrar apoio, as manifestações são incapazes de modificar a natureza dos reais desafios do Palácio do Planalto. Os problemas continuam os mesmos e tendem a se agravar, já que é cada vez mais explícito o desinteresse de Jair Bolsonaro em enfrentá-los.

Por mais que Bolsonaro não goste da ideia, há um País a ser governado. Havia antes do 7 de Setembro e continuará a haver depois. São muitos os assuntos a respeito dos quais se deve esperar uma atitude responsável por parte do presidente, como o enfrentamento da pandemia e a gestão da crise hídrica. Vidas, empregos e o futuro das novas gerações estão em risco.

É esse cenário de desolação que se apresenta aos olhos da população todos os dias, seja feriado ou dia útil, tenha motociata presidencial ou não. Os índices de desaprovação recorde do governo Bolsonaro são um dos sintomas desse quadro disfuncional.

O governo Bolsonaro é muito ruim. Não cumpriu o que prometeu e não trabalha para melhorar as condições de vida da população.

Como se viu ontem mais uma vez, sua tática atinge inauditos padrões de irracionalidade, com propostas de tom golpista: ameaçar os outros Poderes e contestar por antecipação o resultado das próximas eleições.

A manobra pode ter alguma serventia nas redes sociais. Na vida real, os preços dos alimentos sobem, as oportunidades de emprego não aparecem, os investimentos se ressentem, os jovens ficam sem a devida formação. Esse é o dia seguinte.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

4,1 bilhões de pessoas sem proteção (Editorial)

Ovírus não faz distinções de classe.

Ricos ou pobres, qualquer um pode ser a sua próxima vítima.

Ao expor a vulnerabilidade de todos, a pandemia explicitou como o bem-estar de cada indivíduo está conectado ao bem-estar da coletividade. O ideal da solidariedade ("estamos todos juntos") se disseminou por todo o planeta, dos discursos de líderes mundiais e slogans publicitários às publicações nas redes de pessoas comuns confinadas em suas casas.

Não se pode duvidar da sinceridade dessas manifestações.

Mas os impactos socioeconômicos da crise são um teste à sua consistência. Nesse quesito, não estamos todos juntos. Ao contrário: a pandemia aumentou a distância entre os países ricos e pobres e entre os indivíduos ricos e pobres em cada país.

As respostas das políticas de proteção social foram sem precedentes.

Mas as dos países ricos foram muito mais robustas.

Isso expõe a íntima correlação entre desenvolvimento e proteção social. De acordo com o relatório Proteção Social Global 2020-22 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os países de renda alta gastam 16,4% do PIB em proteção social, enquanto os de renda baixa gastam 1,1%.

O dado serve de advertência a todos os que pensam em proteção social apenas em termos de assistencialismo aos necessitados com recursos dos privilegiados.

Entre o crescimento econômico e a proteção social, é ocioso indagar qual é a causa e qual é a consequência: ambos se retroalimentam em um círculo virtuoso. Um bom sistema de proteção social não é só um imperativo moral, mas econômico: é um dos fatores que levam à prosperidade de um país.

"Uma proteção social abrangente não é essencial apenas para a justiça social e o trabalho decente", adverte a OIT, "mas também para criar um futuro sustentável e resiliente." Apesar disso, só 47% da

população mundial é coberta por ao menos um mecanismo de proteção, enquanto 53% não gozam de qualquer benefício por parte de seus governos. São 4,1 bilhões de pessoas entregues à própria sorte.

Em todo o mundo, só 1 em 4 crianças e 1 em 3 pessoas com deficiências graves recebem algum benefício. A cobertura por desemprego é ainda menor: 18% dos trabalhadores.

Há ainda as distorções entre grupos sociais. Os países gastam, por exemplo, 7% de seu PIB com aposentadorias, enquanto a proteção social às crianças responde por apenas 1%. Tudo isso, em média, sem contar as disparidades entre países ricos e pobres.

Regionalmente, Europa e Ásia Central têm as maiores taxas de cobertura: 84% de sua população é servida por ao menos um benefício. Nas Américas, são 64%; Ásia e Pacífico, 44%; Estados Árabes, 40%; e África, 17,4%.

O Brasil tem boa cobertura (70% da população), em alguns casos exemplar (100% das pessoas com deficiência). Nos gastos, o País também está bem posicionado.

Sem contar a saúde, são 15,7% do PIB (no mundo, são 12,9%; na América Latina, 10%; nos demais países de renda média-alta, 8%; e nos de renda alta, 16,4%). Mas o Brasil também reproduz - e mesmo exagera - algumas distorções.

Os benefícios para crianças, por exemplo, respondem por apenas 0,5% do PIB, enquanto para os idosos são 9,7% - acima dos países de renda média-alta (5,3%), e mesmo dos de renda alta (8,5%), cuja população em geral é mais envelhecida.

À medida que o Brasil e os demais países elaboram suas estratégias de recuperação, é preciso ter claro que fortalecer os sistemas de proteção social não serve apenas para reduzir a pobreza e a desigualdade, mas para aumentar a produtividade e revigorar o contrato social.

A ameaça universal e indiscriminada do vírus é um "poderoso lembrete" de que "nosso bem-estar e destinos estão intimamente entrelaçados", disse o

diretor da OIT, Guy Ryder. "Se algumas pessoas não podem contar com um auxílio quando estão doentes ou em quarentena, então a saúde pública é prejudicada e nosso bem-estar coletivo, ameaçado." Analogamente, se as pessoas vulneráveis por qualquer outra razão não podem contar com algum tipo de proteção, todas sofrem os males de viver em uma sociedade mais injusta e menos próspera.

Um bom sistema de proteção social não é apenas um imperativo moral, mas econômico

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pesadelo nas projeções (Editorial)

Mais sombrias a cada semana, as projeções e o cenário de pesadelo, com crescimento econômico de apenas 1,93% no próximo ano. O pessimismo já contamina as estimativas para 2023, início do novo período presidencial, com expansão de 2,35% projetada para o Produto Interno Bruto (PIB). Uma semana antes ainda se apostava em 2,50%. Se nenhum processo o afastar do cargo, o presidente Jair Bolsonaro completará seu mandato, no fim de 2022, com economia emperrada, **inflação** acima da meta, dólar caro e juros nas alturas.

No fim de quatro anos desastrosos, o País continuará com desemprego elevado, negócios desarranjados, **inflação** fora dos padrões internacionais e mais algumas posições perdidas na corrida internacional.

Os números são do boletim Focus, baseado em consultas a cerca de cem instituições do mercado e distribuído na segunda-feira pelo Banco Central (BC).

A tensão política, as ameaças do presidente à ordem institucional e as incertezas sobre as contas públicas têm afetado o mercado de ações, o câmbio, os juros e as expectativas.

Em quatro semanas o crescimento do **PIB** esperado para este ano caiu de 5,30% para 5,15%.

No mesmo período a expansão calculada para 2022 passou de 2,05% para 1,93%. O avanço apontado para os anos seguintes correspondia ao potencial estimado de 2,50%. Mas nem isso se espera mais para 2023.

Além disso, a sucessão de informações econômicas negativas leva à frequente revisão das expectativas.

No começo do mês as contas nacionais do segundo trimestre mostraram recuo de 0,1% do **PIB**. Logo depois, um relatório mostrou o mau desempenho da indústria em julho, com produção 1,3% menor que a de junho.

Ao mesmo tempo, informações de várias fontes continuaram mostrando a piora do quadro inflacionário. A referência oficial mais importante, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apontou **inflação** próxima de 9% nos 12 meses até julho. Na prévia de agosto, o IPCA-15, a alta de preços acumulada no período equivalente a um ano chegou a 9,30%. Pode haver alguma oscilação até o fim do ano, mas nenhum sinal de acomodação

apareceu até agora. Segundo o boletim Focus, a **inflação** deve chegar neste ano a 7,58%, ultrapassando de longe a meta (3,75%) e o limite superior de tolerância (5,25%). As estimativas para 2022 também têm subido e chegaram a 3,98%, número bem superior ao objetivo central, fixado em 3,50%.

A **inflação** disparada continuará dificultando o consumo familiar e prejudicando, portanto, a atividade da indústria e o ritmo geral da economia. Segundo a última projeção, a produção industrial deve aumentar 6,28% neste ano. A expansão esperada para 2022 chegou a 2,01%. Uma semana antes a expectativa era de 2,20%. Aponta-se uma melhora em 2023 (para 3%), mas sem um deslanche efetivo. Todos os números compõem um quadro de desarranjo e mediocridade.

Diante da **inflação** intensa e persistente, o BC deverá insistir no aperto monetário, com crédito curto e caro. A taxa básica de juros esperada para o fim deste ano subiu em quatro semanas de 7,25% para 7,63%.

A expectativa para 2022 passou, no mesmo intervalo, de 7,25% para 7,75%. Mesmo assim, a **inflação** só deverá chegar à meta em 2023, quando ficará, segundo se estima, em 3,25%. Todos os números do boletim correspondem às medianas das projeções.

As incertezas políticas e econômicas têm mantido alta a cotação do dólar. Pelas projeções, a moeda americana custará R\$ 5,17 no fim de 2021 e R\$ 5,20 no fim do próximo ano.

Se as projeções estiverem certas, o câmbio continuará sendo um fator inflacionário. A instabilidade cambial refletirá, como até hoje, principalmente o dia a dia de Brasília. Esse dia a dia tem sido marcado pela atuação destrutiva do presidente.

Ele briga com representantes de outros Poderes, acena com ruptura institucional, negocia com uma base fisiológica e cobra de seus auxiliares medidas populistas e eleitoreiras, sem cuidar da sustentabilidade das contas públicas. Por trás do cenário de pesadelo do boletim Focus há esse pesadelo real centrado em Brasília.

Temores do mercado já contaminam até a estimativa de crescimento de 2023

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A lei da física e da política: toda a ação gera uma reação

Eliane Cantanhêde

O presidente Jair Bolsonaro é capaz de tudo, até de transformar uma vitória em derrota. Ele deu uma demonstração de força e conquistou poderosas fotos de multidões em Brasília, Rio e São Paulo neste 7 de Setembro, mas jogou tudo fora ao irritar as instituições com seu discurso golpista e blefar com a convocação do Conselho da República, sabe-se lá para que fim.

Em desvantagem no Conselho da República, que reúne também os presidentes e líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado, ele teve de ajustar a proposta no fim do dia. Em vez de Conselho da República, tratava-se do Conselho do Governo, restrito aos seus ministros, que são aliados, amigos e submissos. E para quê? Para nada.

A esquerda cometeu dois erros. O primeiro foi tentar enfrentar as manifestações pró Bolsonaro com protestos contra ele, provocando comparações constrangedoras, já que os atos bolsonaristas foram muito mais concorridos, como esperado. O segundo erro foi tentar reduzir o peso das multidões que foram às ruas, enroladas na bandeira nacional e no nosso verde e amarelo, para endeusar o mito e atacar o Supremo e a democracia.

As fotos e vídeos das manifestações realmente impressionam, porque elas lotaram a Esplanada dos Ministérios, a Praia de Copacabana e a Avenida Paulista. Uma expressiva multidão de fiéis, que acreditam piamente no discurso barato do presidente de que o Supremo é que ameaça a democracia e ele é o salvador da Pátria, o Quixote contra as instituições.

Foi uma manifestação de força política de Bolsonaro, mas isso segue a lei da física e da própria política: toda a ação gera uma reação. Ele venceu a batalha desta terça-feira, 7 de Setembro, mas a guerra continua. Nada como um dia atrás do outro. Depois de terça, vem quarta, quinta, sexta e muita água vai rolar debaixo dessa ponte até outubro de 2022, em condições bastante adversas para a reeleição.

Bolsonaro é bom de gogó, mas não é mágico o suficiente para mudar a realidade: 580 mil mortos de Covid, as negociatas das vacinas reveladas pela CPI, além de desemprego, inflação, cesta básica, gasolina, gás de cozinha, juros e conta de luz subindo. E onde

está o presidente? Que reunião ele fez? Que determinações deu? Quando manifestou preocupação para os brasileiros? Nada.

A primeira reação dos partidos é reveladora: quanto mais o presidente radicaliza e põe gente na rua para defender o indefensável, mais aumenta a pressão pró impeachment.

E os ministros do Supremo se reuniram ontem para combinar um posicionamento comum hoje, em favor da Justiça, do equilíbrio institucional, da democracia. Ou seja: contra Bolsonaro.

Enquanto os poderes se unem, chocados com o desequilíbrio do presidente da República, vale uma reflexão: que tal o tricampeão Nelson Piquet virando as costas para o pai, cassado pelo AI-5, para defender o golpista, o golpe e manifestações que pedem a volta da ditadura militar?

E que tal a multidão badalando o operador das rachadinhas, Fabrício Queiroz, como herói? Já tivemos heróis melhores...

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pauta antidemocrática ocupa Paulista



Atos. Em São Paulo (acima), manifestação ocupou pelo menos oito quarteirões da Paulista. No Rio, Queiroz (à esq.) homenageou Jefferson. Em Brasília, pedidos de intervenção.

Bruno Ribeiro Tulio Kruse

Manifestantes ocuparam pelo menos dez quarteirões da Avenida Paulista ontem, em ato convocado pelo presidente Jair Bolsonaro, que discursou por 18 minutos no local.

Máscaras de proteção contra a covid eram exceção, enquanto cartazes pedindo o fechamento do STF, contrários especialmente o ministro Alexandre de Moraes, a regra. A Secretaria de Segurança Pública estimou que 125 mil manifestantes estiveram na via, completamente fechada ao trânsito.

Os apoiadores atenderam a um pedido do presidente e levaram cartazes com frases em inglês e espanhol, para traduzir os lemas bolsonaristas a espectadores estrangeiros. Alguns pediam intervenção militar, o fechamento do Legislativo e eleições com voto impresso.

As falas de Bolsonaro contra Moraes e o STF, tema central do discurso, provocaram alguns dos momentos mais fortes de aplausos. Quando o presidente disse que Moraes ainda teria "tempo para se redimir" e revogar mandados de prisão contra apoiadores do presidente que atacaram a Corte, o público começou a gritar com pedidos de ações imediatas. Em outro carro de som, ao lado, surgiram gritos que defendiam intervenção.

Com o calor, o sol forte e a dificuldade para se locomover, alguns manifestantes passaram mal e tiveram de ser socorridos por parentes e amigos. A temperatura chegou a 28°C na região.

As placas de ônibus estacionados nos arredores da

avenida mostravam que parte do público havia embarcado em outros Estados: Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais, além de cidades do interior paulista. Alguns caminhoneiros também estacionaram seus veículos nos arredores.

Manifestantes cercaram a portaria de um prédio na esquina da Avenida Paulista com a Alameda Joaquim Eugênio de Lima, após apoiadores do presidente se desentenderem com um jornalista.

Policiais militares tiveram que intervir.

O repórter e um câmera foram escoltados até a portaria de um prédio. Uma garrafa de vidro foi atirada em direção aos jornalistas e quase acertou um simpatizante do presidente.

Brasília. Na Esplanada dos Ministérios, estava presente a pauta antidemocrática suscitada de forma recorrente pela militância bolsonarista, mas apareceram demandas como a defesa do agronegócio, o combate à corrupção e o repúdio às prisões de influenciadores governistas.

Entre as longas filas de caminhões e seus motoristas estacionados na Esplanada, estavam famílias com crianças e idosos, evangélicos, produtores rurais e sindicalistas da área, motoqueiros, homens encapuzados e militares fardados conduzindo as tradicionais fanfarras do feriado da Independência. Durante a manhã, houve círculos de oração conduzidos por carro de som, com homens ajoelhados, clamando aos policiais que permitissem sua passagem à Praça dos Três Poderes.

As novas demandas dos apoiadores do presidente não conseguiram rivalizar com o tradicional discurso golpista. Palavras de ordem como 'eu autorizo', em alusão à uma intervenção militar, foram repetidas.

"Queremos Bolsonaro no poder, intervenção militar, faxina no Judiciário e Legislativo, nova Constituição anticomunista e criminalização do comunismo no Brasil", dizia uma faixa do grupo Quartel do Bolsonaro. Em outro cartaz, o apelo pela ruptura institucional se repetia: "Bolsonaro acione as Forças Armadas. O povo ordena".

O que muitos manifestantes desejavam era justamente a ordem do presidente para que pudessem atacar os outros Poderes.

"Ele (Bolsonaro) falou de coisas inconstitucionais, isso a gente já ouviu demais", disse um manifestante em conversa com caminhoneiro para que avançasse contra a barreira de contenção.

"Nós temos que fazer nossa parte, se ele não faz a dele", disse outro, decepcionado com o teor do discurso do presidente.

Novamente apareceu o esforço para passar a mensagem ao exterior.

Uma mulher levava uma placa escrita "monsieur le président, utilisez l'armée" (senhor presidente, use o Exército). Já um casal empunhava sorridente uma cartolina branca com a mensagem "game over STF" (fim de jogo STF).

Um dos nomes mais defendidos pelos bolsonaristas era o de Roberto Jefferson, cujo rosto estampava cartazes e adesivos. Jefferson foi preso a mando do ministro Alexandre de Moraes, do STF, no âmbito do inquérito das milícias digitais, acusado de disseminar mentiras e ataques contra as instituições nas redes sociais.

Seu rosto também apareceu com destaque no Rio, graças a Fabrício Queiroz. O policial denunciado como operador das "rachadinhas" do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) compartilhou ao longo do dia diversas imagens de sua participação nas manifestações governistas, que tiveram grande adesão na zona sul.

Em uma, Queiroz bate continência para um boneco de papelão de Roberto Jefferson. Em uma postagem, Queiroz chama o presidente do PTB de "patriota". E afirma: "Tem meu respeito!!"

Grupos contrários ao presidente fazem panelaços

Várias cidades registraram panelaços em resposta às manifestações bolsonaristas. Vídeos em redes sociais mostram atos em São Paulo, Rio, Brasília, Salvador, Recife, João Pessoa, Florianópolis e Porto Alegre. Nas gravações compartilhadas com a hashtag #Panelaco7S, é possível ouvir palavras de ordem contra Jair Bolsonaro.

Na capital paulista, as panelas foram ouvidas por 20 minutos na região central, em bairros como Bela Vista, Santa Cecília, Barra Funda, Pompeia e Perdizes.

No Rio, houve atos em Copacabana, Laranjeiras, Cosme Velho, Botafogo, Barra da Tijuca e Centro.

O objetivo de protestar às 19 horas por 7 minutos era fazer uma alusão à inflação a 7% e a gasolina a R\$ 7.

Em Brasília, protestos foram registrados na região das quadras 312 e 212 Norte.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com crises política e hídrica, taxa de investimento deve manter ritmo fraco

Vinicius Neder, Bruno Villas Bôas

Os investimentos, há muito tempo em nível insuficiente para garantir um crescimento sustentado da economia, devem manter um quadro de estagnação, ou de alta muito lenta, até pelo menos o próximo ano, segundo especialistas.

O quadro, que já não é dos mais positivos, deve ser agravado pela crise político-institucional e também pela crise hídrica.

No 2.º trimestre, segundo dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) anunciados na semana passada pelo IBGE, os investimentos caíram 3,6% em relação ao 1.º trimestre. Com isso, a taxa de investimentos (o total de aportes como proporção do **PIB**) ficou em 18,2%, bem inferior aos 32,9% médios registrados nos países emergentes e também abaixo da média de 22% das economias desenvolvidas, conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para o Ministério da Economia e o ministro Paulo Guedes, após ser duramente atingida pela covid-19, a economia brasileira está "voltando em V" - e com "qualidade" -, puxada pelo setor privado, com mais investimentos, mas não é o que dizem os analistas. "Podemos até ter uma retomada puxada por investimentos, sim, mas o ritmo não parece ser tão intenso. Até a própria recuperação da economia, no ano que vem, não parece ter o crescimento mais forte.

Estamos voltando para o cenário de crescimento baixo", diz Rodolpho Tobler, responsável pelas sondagens de confiança empresarial da FGV.

Os indicadores de confiança da FGV exemplificam esse cenário.

O Indicador de Intenção de Investimentos, que mede a disposição de se investir nos próximos 12 meses, até subiu neste 3.º trimestre, mas nos ramos de serviços (110,9 pontos) e de construção (103,6 pontos) ainda segue abaixo do nível de antes da pandemia. Na indústria, o número é maior (129,2 pontos), mas recuou em relação ao 1.º trimestre (132,8 pontos).

Quando esse indicador fica acima de 100 pontos, mostra que o número de empresas relatando alta nos aportes é maior do que a quantidade relatando queda.

Vários fatores justificam a moderação no otimismo com os investimentos. Em primeiro lugar, o desemprego elevado e a aceleração da **inflação**, na esteira da crise hídrica, seguram o consumo das famílias, freando o ritmo de crescimento econômico - como já mostrado na retração de 0,1% no **PIB** do 2.º trimestre.

E o cenário de fragilidade no consumo doméstico - que se arrasta desde a recessão de 2014 a 2016 - se reflete nos aportes das empresas.

"O que move o investimento?

Crescimento da demanda e expectativa de lucro", diz Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP e presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

"Quem está tomando decisão de investimento já percebeu que o padrão de crescimento econômico do Brasil é muito baixo.

Não adianta investir porque não tem demanda para isso." Após a divulgação da retração do **PIB** do 2.º trimestre, economistas revisaram para baixo suas previsões de crescimento econômico. Neste ano, a economia deverá avançar pouco mais de 5%, se recuperando do tombo do ano passado, mas, para 2022, as estimativas estão entre 1% e 2%. O ritmo dos investimentos vai arrefecer junto. Nas projeções da consultoria Tendências, os investimentos poderão crescer 9,5% este ano - inflados artificialmente por mudanças nas regras do Repetro, regime tributário do setor de petróleo -, mas o ritmo deverá arrefecer para 3,1% em 2022.

A crise hídrica pode ser um grande obstáculo. Além de elevar a **inflação**, a estiagem leva a quebras de safras, ameaçando aportes na agropecuária, por exemplo. E tudo pode piorar se a estiagem baixar os reservatórios das hidrelétricas a tal ponto que provoque racionamentos de energia.

A crise político-institucional também tem um papel importante nesse cenário difícil.

Segundo Cláudio Frischtak, presidente da Inter.B, projeta crescimento nos aportes em infraestrutura

neste ano, por causa dos planos de empresas que já estão no Brasil, enquanto novos investidores estrangeiros esperam as eleições. Projetos de infraestrutura são uma "aposta no futuro" e, por isso, têm na incerteza uma variável "fundamental", afirma o consultor.

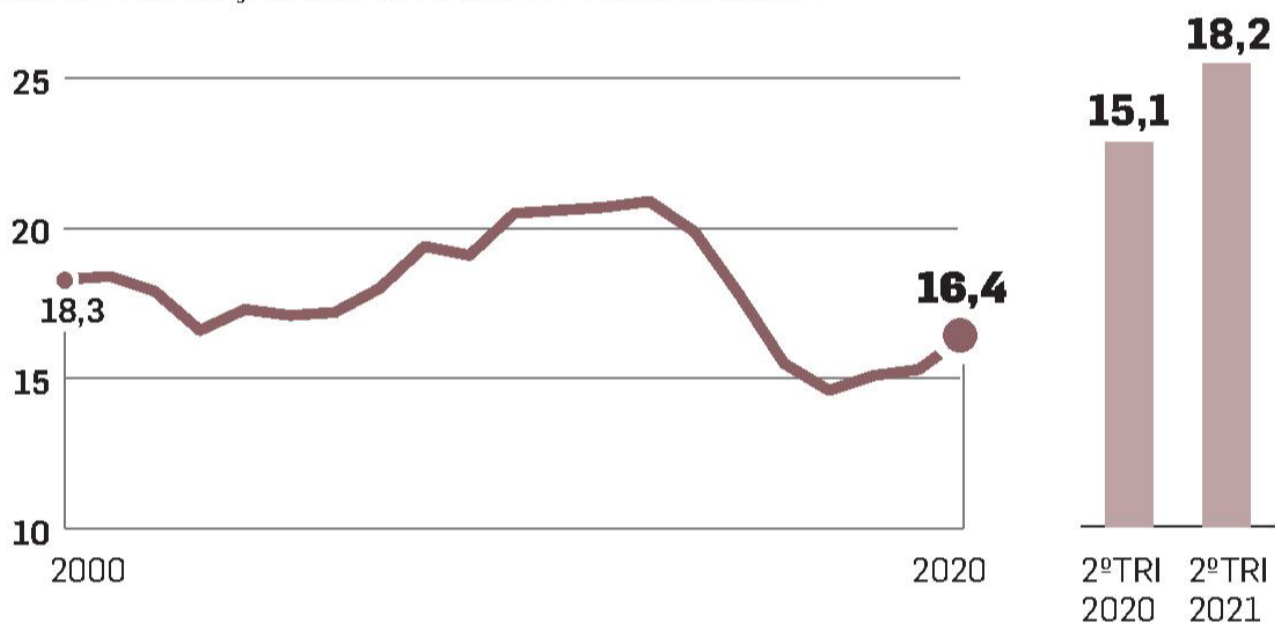
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EM MARCHA LENTA

● Crises política e hídrica devem segurar investimentos

A taxa de investimentos no Brasil

COMO PROPORÇÃO DO PIB TOTAL, EM PORCENTAGEM



FONTE: FMI E IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Bolsonaro lidera atos golpistas e amplia isolamento político

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro tem é de largar o golpismo e começar a trabalhar (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O xadrez que pode levar ao impeachment (Artigo)

MALU GASPAR

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Instituições financeiras veem PIB de 1% em2022

Anais Fernandes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Inflação no Brasil destoa entre latinos e outros emergentes

Anais Fernandes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Atos contra o presidente ocorrem em 200 cidades

Carolina Freitas, Lilian Venturini e Alessandra Saraiva

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Doria defende impeachment e Leite diz que manter Bolsonaro é erro

Daniela Braun

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Consumo e economia mais fracos frustram expectativas (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187000?page=1§ion=1